

## ***Book-Tax Differences* e Qualidade da Informação Financeira: Lacunas para Pesquisas Futuras**

### ***Book-Tax Differences* and Quality of Financial Information: Gaps for Future Research**

Luísa Nascimento Borges Martins<sup>1</sup>  
Universidade Federal de Uberlândia – UFU  
luisanbm@hotmail.com

Geovane Camilo dos Santos<sup>12</sup>  
Universidade Federal de Uberlândia – UFU  
Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás  
geovane\_camilo@yahoo.com.br

Josilene da Silva Barbosa<sup>1</sup>  
Universidade Federal de Uberlândia – UFU  
josilene@ufu.br

Patrícia de Souza Costa<sup>1</sup>  
Universidade Federal de Uberlândia – UFU  
patricia.costa@ufu.br

**Resumo:** Este artigo revisa de forma abrangente a literatura de *book-tax differences* (BTD) com o objetivo de verificar quais são os principais resultados, as sugestões para pesquisas futuras e as lacunas existentes na literatura sobre a relação entre a BTD e os indicadores de qualidade da informação financeira. Para isso, foram revisados setenta artigos publicados em periódicos classificados no *Scimago Journal & Country Rank* (SJR) e no sistema Qualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Os resultados desta pesquisa apontam que ainda há espaço para pesquisas que versem sobre a relação entre BTD e todos os indicadores de qualidade da informação financeira. Além disso, este estudo destaca áreas que não têm recebido muita atenção e que merecem análise futura, como, por exemplo: segregação da BTD em partes discricionárias e não discricionárias (BTD normal e anormal); aprimoramento da forma de cálculo dos tipos de BTD para maior robustez dos modelos; pesquisar se a

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Uberlândia — Santa Mônica – CEP 38400-902 – Uberlândia (MG) – Brasil

<sup>2</sup> Pontifícia Universidade Católica de Goiás — Setor Universitário – CEP 74605-010 – Goiânia (GO) – Brasil

Este é um artigo de acesso aberto, licenciado por Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0), sendo permitidas reprodução, adaptação e distribuição desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.

BTD anormal ocorre ao longo do exercício ou, mais especificamente, no final do exercício; avaliar a relação entre BTD e os indicadores de qualidade da informação financeira em outros níveis além da firma, como, por exemplo, setor e país.

**Palavras-chave** – *Book-tax differences*; Indicadores de Qualidade da informação financeira; Análise Bibliométrica.

**Abstract:** This article extensively reviews the literature on book-tax differences (BTD) in order to verify what are the main results, suggestions for future research and the existing gaps in the literature on the relationship between BTD and quality indicators of financial information. To this end, articles published in journals classified in the Scimago Journal & Country Rank (SJR) and in the Qualis system of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES) were reviewed and published. The results of this research indicate that there is still room for research that deals with the relationship between BTD and all indicators of quality of financial information. Besides, this study highlights areas that are not prone to attention and that deserve future analysis, such as: segregation of BTD into discretionary and non-discretionary parts (normal and abnormal BTD); improvement of the way of calculating BTD types for greater robustness of models; research if an abnormal BTD occurs during the exercise or, more specifically, at the end of the exercise; assess the relationship between BTD and financial information quality indicators at levels other than the firm, such as, for example, sector and country.

**Keywords** – Book-tax differences; Quality indicators of financial information; Bibliometric Analysis.

## **Introdução**

A diferença entre o lucro contábil (LC) e o lucro tributável (LT), ou, em inglês, *book-tax differences* (BTD), tem origem na diferença entre as normas contábeis e tributárias (BTD normal) e/ou no gerenciamento de resultados financeiro e fiscal (BTD anormal) (Formigoni, Antunes & Paulo, 2009, Hanlon & Heitzman, 2010). A BTD normal surge porque essas normas têm objetivos distintos. Enquanto a societária visa à representação fidedigna dos eventos econômicos e à apuração de um resultado útil para os usuários, a norma fiscal prima pela maior arrecadação tributária (Dechow, 1994, Manzon Jr. & Plesko, 2002). Assim, o LC, normalmente, difere do lucro tributável, dando origem à BTD normal (Formigoni, Antunes & Paulo, 2009) .

Além disso, os gestores, por sofrerem “pressão” para alcançar resultados positivos e superiores às previsões dos analistas, podem praticar o gerenciamento de resultados contábil e/ou fiscal discricionários,

o que faz com que o LC e LT se diferenciem, dando origem à BTD anormal (Weber, 2009; Hanlon & Heitzman, 2010). Destaca-se que a BTD normal e a anormal podem ocorrer de maneira isolada ou concomitantemente, isto é, o gestor pode gerenciar o lucro contábil sem alterar o lucro tributário e vice-versa, ou, ainda, gerenciar as duas medidas simultaneamente (Weber, 2009).

A relação entre a BTD e os indicadores de qualidade da informação financeira é comprovada na literatura (Hanlon, 2005; Tang, 2015). Isso porque a BTD é resultado da diferença entre o lucro contábil e o tributário e, devido aos incentivos dos gestores para maximização do lucro contábil e redução do lucro tributável, ela pode sinalizar quando há maior possibilidade de práticas discricionárias que reduzam a qualidade do lucro (Ferreira, Martinez, Costa & Passamani, 2012). De maneira geral, acredita-se que maior BTD indica menor interposição entre as normas financeiras e fiscais e, conseqüentemente, seja um indicativo de maior qualidade da informação financeira (Hanlon, 2005). Isso porque a independência entre as normas permite que cada uma atenda a seus objetivos específicos com menor interferência uma na outra. Nesse sentido, quanto maior a BTD, menor o gerenciamento de resultados (Tang, 2015), menor o conservadorismo (Heltzer, 2009), maior a persistência do lucro (Atwood, Drake & Myers, 2010) e maior a previsão dos resultados (Lev & Nissim, 2004).

No entanto, a relação positiva entre a BTD e a qualidade da informação financeira não é consenso na literatura. Blaylock, Gaertner e Shevlin (2015) encontraram evidências de que os níveis mais altos de BTD estão associados ao maior gerenciamento de resultados. Heltzer (2009) identificou que empresas com valores extremos de BTD positiva (negativa) são menos (mais) propensas a reconhecer oportunamente perdas (ganhos) nos lucros contábeis e, dessa forma, apresentam uma baixa qualidade de lucro. Não obstante, Hanlon (2005) afirma que as empresas com valores elevados de BTD positiva ou negativa apresentam menor persistência de ganhos. Os principais argumentos para a relação negativa entre BTD e qualidade da informação financeira é que, quanto maior a distância entre norma fiscal e societária, maiores são as brechas para gerenciamento das duas medidas de lucro (contábil e fiscal) (Desai, 2005).

Além disso, a relação entre a BTD e os indicadores de qualidade da informação financeira podem variar com o tipo de BTD: total, temporária, permanente, normal e anormal (Hanlon, 2005, Ayers, Laplante & McGuire, 2010, Costa & Lopes, 2015), podendo cada tipo ser de magnitude positiva (lucro contábil maior do que o lucro tributário) ou negativa (lucro contábil menor do que o lucro tributário).

Espera-se que a BTM normal não esteja relacionada com o gerenciamento de resultados discricionário, pois esse tipo é decorrente simplesmente da diferença entre as normas. Por outro lado, a BTM anormal é aquela decorrente do gerenciamento de resultados contábil e/ou tributário. Em relação à BTM temporária, espera-se que ela esteja relacionada com o gerenciamento de resultados financeiro, enquanto a BTM permanente esteja mais relacionada com o gerenciamento dos resultados tributários (Tang & Firth, 2012). Contudo, essas relações não são unânimes na literatura, sugerindo os autores mais pesquisas que analisem os tipos de BTM (Hanlon, 2005, Ayers, Laplante & McGuire, 2010, Costa & Lopes, 2015).

Considerando as divergentes relações que podem existir entre os indicadores de qualidade da informação financeira e os tipos e magnitudes da BTM, e considerando também que a literatura não apresenta resultados conclusivos sobre essas relações e, ainda, que vários fatores podem afetar essas relações (por exemplo: adoção das IFRS, sistema legal, governança corporativa, empresa de auditoria), o objetivo desta pesquisa é: verificar quais são os principais resultados, sugestões para pesquisas futuras e lacunas existentes na literatura sobre a relação entre a *book-tax differences* e os indicadores de qualidade da informação financeira.

Esta pesquisa é relevante para os pesquisadores, pois reúne informações sobre estudos já realizados, permitindo-lhes constatarem os resultados já evidenciados na literatura a fim de corroborar, refutar ou ampliar esses achados em pesquisas futuras. O que permitirá aumentar a qualidade da informação financeira.

## **Tipos de BTM e Qualidade da Informação Financeira**

A BTM surge da diferença entre as normas contábeis e fiscais e/ou do gerenciamento de resultados contábil e/ou fiscal (Hanlon & Heitzman, 2010). Enquanto as normas do fisco são direcionadas para a arrecadação dos entes governamentais, as contábeis são direcionadas aos investidores das empresas para uma construção fidedigna da situação econômica da companhia (Hanlon, 2005). Assim, mesmo que os lucros contábil e tributário sejam calculados com suas respectivas normas, ainda haverá diferenças, pois essas podem ser resultantes de escolhas permitidas por um sistema, mas não pelo outro (Formigoni, Antunes & Paulo, 2009). Além disso, os gestores podem gerenciar o resultado contábil com o intuito de aumentar o valor da firma para atrair investidores e/ou gerenciar o lucro tributável com a finalidade de

pagarem menos impostos (Ferreira et al., 2012).

A BTD é uma métrica usada na literatura para indicar ao mercado a qualidade da informação contábil (Ferreira et al., 2012). Isso é devido a discricionariedade das normas financeiras, as escolhas permitidas por essas normas, a rigidez da legislação tributária e a busca por menor carga tributária, uma vez que esses fatores podem incentivar os gestores a adotarem práticas que reduzam a qualidade dos lucros (Blaylock, Shevlin, & Wilson, 2012; Stoduto, Rezende, & Brunozi Júnior, 2021). Portanto, pelo fato a BTD evidenciar a diferença entre o lucro contábil e tributário, e devido aos incentivos dos gestores para maximização do lucro contábil e redução do lucro tributável, a BTD pode ser usada como *proxy* de qualidade do lucro (Ferreira *et al.*, 2012).

A BTD pode ser segregada em vários tipos de acordo com: 1) a natureza (temporária e permanente); 2) a origem (normal e anormal) e, 3) o sinal (positivo e negativo), conforme ilustrado na Tabela 1. Cada tipo de BTD pode ter implicações diferentes para a qualidade da informação financeira. Hanlon (2005) encontrou que a BTD temporária traz informações sobre a persistência do lucro e o gerenciamento de resultados quando os gestores buscam mecanismos para postergar o pagamento de tributos ou antecipar/postergar o reconhecimento de lucros conforme sua necessidade. A permanente, por sua vez, é adequada para captar relatórios financeiros e fiscais agressivos (Frank, Lynch & Rego, 2009) e evasão fiscal (Desai & Dharmapala, 2006).

**Tabela 1.**  
Tipos de BTD

<b>BTD</b>	<b>Significado</b>	<b>Autores</b>
Total (BTDT)	É a diferença total entre o lucro contábil e o lucro tributável.	Hanlon (2005)
Temporária (BTDTE)	Ocorre quando a base de reconhecimento das despesas e receitas é a mesma tanto na contabilidade societária quanto na fiscal, porém existem divergências quanto ao momento de seu reconhecimento.	Hanlon (2005)
Permanente (BTDP)	Surgem de receitas ou despesas consideradas na apuração do lucro contábil, mas não registradas para fins de apuração do lucro tributável, e vice-versa. São oriundas de itens incluídos apenas em uma medida de lucro e nunca incluídos na outra.	Hanlon (2005)
Normal (BTDN)	Decorre das divergências entre as normas financeiras e as tributárias.	Tang (2006)
Anormal (BTDAN)	Acontece por práticas discricionárias realizadas pelos gestores, podendo acontecer por gerenciamento no lucro contábil e/ou tributável.	Tang e Firth (2012)
Positiva	Ocorre quando o LC é maior que o LT.	Hanlon (2005)
Negativa	Ocorre quando o LT é maior que o LC.	Hanlon, Krishan e Mills (2012)

Dentre os indicadores que representam qualidade da informação financeira estão a persistência do lucro, a previsão dos resultados futuros e a *value relevance*. Por outro lado, alguns indicadores podem indicar baixa qualidade da informação financeira, como, por exemplo, gerenciamento de resultados e conservadorismo. Algumas pesquisas relacionam a BTD com os seguintes indicadores de qualidade da informação financeira: gerenciamento de resultados (Tang, 2015), conservadorismo (Heltzer, 2009), *rating* (Crabtree & Maher, 2009), persistência do lucro (Hanlon, 2005), estrutura de capital (Blaylock, Gaertner & Shevlin, 2017) e *value relevance* (Lev & Nissim, 2004). Essas pesquisas sugerem que, quanto maior a BTD, maior é a qualidade da informação financeira (Atwood, Drake & Myers, 2010; Wahab & Holland, 2015). A Tabela 2 apresenta o que a literatura espera dessa relação, considerando alguns indicadores de qualidade.

Destaca-se que as relações sugeridas na Tabela 2 são traçadas a partir de um contexto em que a BTD é derivada, majoritariamente, das diferenças entre as normas (BTD normal). Quando essa diferença surge do gerenciamento de resultados contábil ou fiscal discricionário (BTD anormal), as relações entre a BTD e os indicadores de qualidade se invertem.

Além disso, a relação entre os indicadores elencados na Tabela 2, a BTD pode ser afetada por fatores como as IFRS (Costa, 2012), o sistema legal (Long, Ye & Lv, 2013), o setor de atuação da empresa (Fonseca & Costa, 2017) e o tamanho da empresa (Chan, Lin & Mo, 2010, Marschner, Dutra, Schwaab, & Ceretta, 2019). A adoção das IFRS pressupõe aumento da qualidade da informação financeira e, para isso, é esperada a desvinculação entre as normas fiscais e as societárias, o que aumenta a BTD (Jeanjean & Stolowy, 2008). O sistema legal também pode afetar a qualidade da informação, uma vez que, em países de origem *code law*, há maior indício de gerenciamento de resultados (Chin, Chen, & Hsieh, 2009). Já nos países de origem *commom law*, normalmente, há maior conservadorismo contábil (Dutra & Costa, 2013). Fonseca e Costa (2017) identificam que o montante da BTD pode variar entre os setores de atividades das empresas. Chan, Lin e Mo (2010) identificaram que o tamanho das empresas tem relação negativa com a BTD, pois fiscalizações mais assíduas podem ocorrer nesses casos, estando essas companhias, dessa forma, sujeitas a obedecer a maiores regulações.

**Tabela 2.**

Relação esperada entre indicadores da qualidade da informação financeira e BTM

Indicadores	Relação esperada com a BTM	Argumentos
Auditoria	Positiva	Um nível maior de BTM pode representar maior risco e maior complexidade do serviço de auditoria, o que irá refletir no aumento do preço do serviço prestado (Heltzer & Shelton, 2011).
Conservadorismo condicional	Positiva	O conservadorismo condicional consiste no reconhecimento de fatos econômicos oportuna e assimetricamente, privilegiando as más notícias antes das boas (Moreira, Colauto, & Amaral, 2010). Como se espera que a BTM também aumente a qualidade da informação financeira, é esperada uma relação positiva entre essas variáveis (Santos, Costa, & Silva, 2016).
Conservadorismo incondicional	Negativa	No conservadorismo incondicional, as empresas reconhecem as perdas de forma menos oportuna no lucro contábil, podendo caracterizar como gerenciamento de resultado e reduzindo a qualidade da informação financeira (Ball, Kothari, & Nikolaev, 2013). Assim, maior BTM estaria relacionada com menor nível de conservadorismo incondicional (Santos <i>et al.</i> , 2016).
Estrutura de Capital	Positiva ou Negativa	A relação irá depender das <i>proxies</i> analisadas. Por exemplo, quando se analisa a relação entre BTM e endividamento e custo de capital, espera-se uma relação negativa, pois há menor assimetria da informação (Marques, Nakao, & Costa, 2017).
Gerenciamento de Resultados	Negativa ou Positiva	Quanto maior o nível de gerenciamento de resultado discricionário, menor será a qualidade do lucro e menor será a BTM (Ferreira <i>et al.</i> , 2012). O gerenciamento de resultado não discricionário ocorre em função de práticas do negócio, isto é, são práticas “naturais” que não prejudicam a qualidade da informação financeira (Scott, 2015), o que pode indicar uma relação positiva entre BTM e gerenciamento.
Persistência dos lucros	Positiva	A persistência dos lucros ocorre quando, por períodos consecutivos, o lucro não sofre grandes alterações e se mantém positivo (Hanlon, 2005). Quando as oscilações no lucro e na BTM são derivadas de práticas naturais dos negócios, a persistência do lucro tende a aumentar.
Rating	Negativa	Como a BTM pode ter origem no gerenciamento de resultados, as agências de <i>rating</i> podem interpretá-la como um fator de risco para os investidores, rebaixando, conseqüentemente, a nota de <i>rating</i> das companhias com valores elevados de BTM (Ayers, Laplante & Mcguire, 2010).
Value Relevance	Positiva	Uma vez que maior BTM pode representar maior qualidade da informação financeira, acredita-se que os investidores utilizem a BTM na avaliação de desempenho da empresa e nas decisões de investimento (Lev & Nissim, 2004).

Além dos tipos de BTM, sua variação também demonstra relação com a qualidade da informação financeira, uma vez que medidas de variabilidade são tidas como indicadores de avaliação de risco. Quanto maior a variação na BTM, menor é a previsão dos resultados futuros da empresa (Hanlon, 2005, Heltzer, 2009, Ayers, Laplante & Mcguire, 2010). Uma maior variação positiva da BTM pode evidenciar redução na qualidade dos ganhos reportados e aumento nos financiamentos fora do balanço (Ayers, Laplante &

Mcguire, 2010). Já maior variação negativa da BTM, em decorrência de  $LT > LC$ , sugere que as empresas têm contas fiscais mais elevadas e menor fluxo de caixa disponível (Ayers, Laplante & Mcguire, 2010).

## **Metodologia**

Este estudo é uma revisão de literatura sobre BTM e qualidade da informação financeira. A partir dessa revisão, foram identificadas lacunas na literatura e sugestões de pesquisas futuras. A amostra deste estudo abrange artigos publicados em periódicos classificados no Q1 ao Q4 do *Scimago Journal & Country Rank (SJR)* no período de 2018 e aqueles com classificação acima de B2 no sistema Qualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Em seguida, um segundo critério considerado na definição dos periódicos foi considerar somente aqueles da área *Business, Management and Accounting* e a categoria de assunto *Accounting*. No Qualis da Capes, a área de busca de periódicos foi a de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo. A seleção dos periódicos classificados no SJR e no Qualis/Capes foi realizada em julho de 2018, resultando em uma amostra inicial de 126 periódicos do SJR e 1.055 do Qualis/Capes. Em suma, os critérios que definiram a amostra do presente estudo quanto à escolha dos periódicos são ilustrados pela Tabela 3.

**Tabela 3.**

Definição da amostra de periódicos

Critérios	Definição da amostra de periódicos	
	Definição dos periódicos classificados no SJR	Definição dos periódicos classificados na CAPES
1º	Periódicos classificados no Q1 ao Q4 do SJR no período de 2018.	Periódicos classificados entre B2 e A1 no Qualis Capes para o quadriênio 2013-2016.
2º	Periódicos da área <i>Business, Management and Accounting</i> e a categoria de assunto <i>Accounting</i>	Periódicos da área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo

O acesso aos periódicos classificados no SJR foi realizado por meio das seguintes bases: American Accounting Association – AAA; Elsevier; Emerald; Inderscience; JSTOR; Oxford Journals; Redalyc; Sage Journals; Science Direct; Social Science Research Network – SSRN; Springer Link; Taylor & Francis Online; Thomson Reuters e Wiley Online Library. Já os periódicos classificados no Qualis/Capes o acesso foi realizado na base da CAPES.



Para a coleta de artigos nos periódicos selecionados, foram utilizados individualmente os seguintes termos, os quais poderiam constar no título, no resumo ou nas palavras-chave: *book-tax differences*, BTD, *book-tax*, *book-tax conformity*, conformidade financeira e fiscal e diferença entre o lucro contábil e tributário. Em seguida, foi realizada uma leitura do resumo com o objetivo de selecionar os artigos que, de fato, se referiam ao tema de interesse da investigação. Por fim, foram retirados da amostra os artigos que tratavam sobre determinantes da BTD, pois não envolviam indicadores de qualidade da informação financeira. Dessa forma, a amostra final é representada por 70 artigos, sendo 11 de periódicos nacionais e 59 de periódicos internacionais (Tabela 6). Já a amostra final de periódicos é composta por oito periódicos nacionais e 25 internacionais.

Para a análise bibliométrica, os 70 artigos da amostra foram lidos integralmente, sendo observados, principalmente, os seguintes aspectos: autores e sua origem institucional, título do periódico e sua classificação no SJR e no Qualis/Capes, objetivo do artigo, hipóteses, metodologia, resultados, lacunas, conclusões e sugestões de pesquisas futuras.

A partir dessa classificação, o perfil das publicações foi traçado, considerando duas leis da bibliometria: Lei de Lotka, a qual se preocupa com a produtividade dos pesquisadores, devendo grande parte da literatura científica sobre determinado tema ser produzida por um pequeno número de autores. Além disso, um grande número de pequenos produtores se iguala, em produção, ao reduzido número de grandes produtores (Vanti, 2002; Araújo, 2006) e Lei de Bradford ou Lei da Dispersão, que visa identificar os periódicos que publicam sobre determinado assunto, em especial, aqueles com maiores contribuições para a área (Alvarado, 1984). De acordo com essa Lei, na medida em que os primeiros artigos sobre um novo assunto são escritos e aceitos, eles atraem novos pesquisadores (Guedes & Borschiver, 2005). Quando o tema começa a ganhar notoriedade, outros periódicos começam a publicar artigos sobre ele, surgindo um núcleo especializado de periódicos sobre o assunto e emergindo núcleos de periódicos com interesse em se assemelharem aos periódicos mais produtivos (Guedes & Borschiver, 2005). Para identificação desse núcleo, considera-se o total de artigos sobre o tema dividido por 3, em que a primeira parte (1/3) corresponde ao núcleo dos periódicos a publicar sobre o tema. Assim, a utilização dessas Leis permite a identificação dos autores e dos periódicos mais produtivos.

Após essa etapa, os artigos foram analisados com o intuito de captar quais as dúvidas ainda

existentes na literatura sobre a relação entre os tipos de BTD e os indicadores de qualidade da informação financeira, o que possibilitou traçar um panorama sobre o tema e elencar sugestões para pesquisas futuras.

## Perfil das publicações

Os artigos da amostra foram classificados em sete temas a partir da análise dos objetivos e da metodologia utilizada nos estudos (Tabela 4). Os temas representam a relação entre a BTD e os indicadores de qualidade da informação financeira: auditoria (AUD), conservadorismo (CON), estrutura de capital (EC), gerenciamento de resultado (GR), persistência do lucro (PER), *rating* (RAT) e *value relevance* (VR). Percebe-se que os temas mais pesquisados são GR (38,2% da amostra), PER (21,1%) e VR (13,2%). Por outro lado, as relações entre BTD e os indicadores CON, EC e RAT foram menos exploradas na literatura.

**Tabela 4.**  
Amostra da pesquisa segregada por tema

Temas	Critérios usados para classificação dos artigos	Internacionais	Nacionais	Total
1 Auditoria (AUD)	Honorários, risco e qualidade de auditoria.	7 (10,9%)	1 (8,3%)	8 (10,5%)
2 Conservadorismo (CON)	Conservadorismo.	2 (3,1%)	2 (16,7%)	4 (5,3%)
3 Estrutura de Capital (EC)	Estrutura de capital, endividamento, custo de capital, dividendos, falência e alavancagem.	3 (4,7%)	1 (8,3%)	4 (5,3%)
4 Gerenciamento de Resultados (GR)	Gerenciamento de resultado, evasão fiscal, agressividade tributária, planejamento tributário, suavização dos resultados e incentivo fiscal.	27 (42,2%)	2 (16,7%)	29 (38,2%)
5 Persistência do lucro (PER)	Persistência do lucro, ganhos futuros, previsão de resultado futuro e previsão dos analistas.	13 (20,3%)	3 (25,0%)	16 (21,1%)
6 Rating (RAT)	Rating.	4 (6,3%)	1 (8,3%)	5 (6,6%)
7 Value Relevance (VR)	Value relevance.	8 (12,5%)	2 (16,7%)	10 (13,2%)
Total		64 (100%)	12 (100%)	76 (100%)

*Nota.* Quant = quantidade de artigos que tratam de cada tema; % = percentual de artigo que versa sobre o tema em relação à quantidade total de artigos da amostra.

Destaca-se que em cinco artigos da amostra houve a investigação de mais de um dos indicadores descritos na Tabela 4, sendo assim, foram classificados em mais de um deles. Assim, apesar de a amostra ser composta por 70 artigos, a quantidade de 76 apresentada na Tabela 4 se deve ao fato de cinco artigos tratarem de mais de um indicador de qualidade da informação financeira. Ressalta-se que em apenas um estudo nacional, Martinez e Passamani (2014), foi analisado mais de uma métrica no mesmo artigo (Tabela 5), sendo possibilidade para novos estudos.

**Tabela 5.**  
Artigos que analisaram mais de um tema

<b>Autores</b>	<b>Tema analisado na pesquisa</b>
Chen, Dhaliwal e Trombley (2012)	4, 5, 7
Chi, Pincus e Teoh (2014)	5, 7
Lev e Nissim (2004)	5, 7
Yamada (2016)	4, 7
Martinez e Passamani (2014)*	5, 7

*Nota.* \*estudo nacional

Os 70 artigos constantes na amostra foram publicados em 35 periódicos classificados no SJR e/ou no Qualis/Capes (Tabela 6). Nos casos em que o artigo fazia parte de um periódico que consta tanto no SJR quanto no Qualis/Capes, foi priorizada a classificação do mesmo no SJR. Dos oito periódicos nacionais, a Revista Contabilidade & Finanças é a única avaliada nas duas bases, tendo a classificação Q4 do SJR e A2, no Qualis/Capes. Além disso, existem sete outros periódicos nacionais na amostra, sendo cinco A2, um B1 e um B2.

**Tabela 6.**  
Composição da amostra com base nos dados coletados em julho de 2018

<b>Periódico</b>	<b>No. Artigos</b>	<b>Origem</b>	<b>SJR/Qualis</b>
<i>Academy of Accounting and Financial Studies Journal</i>	1	Internacional	Q4
<i>Accounting Horizons</i>	1	Internacional	Q2
<i>Asian Academy of Management Journal of Accounting and Finance</i>	1	Internacional	Q4
<i>Australian Accounting Review</i>	1	Internacional	Q3
<i>Contabilidade Vista &amp; Revista</i>	1	Nacional	A2
<i>Contemporary Accounting Research</i>	4	Internacional	Q1
<i>European Accounting Review</i>	1	Internacional	Q2
<i>Gestão, Finanças e Contabilidade</i>	1	Nacional	B2

## Book-Tax Differences e Qualidade da Informação Financeira: Lacunas para Pesquisas Futuras

<i>Int. Journal of Accounting &amp; Information Management</i>	1	Internacional	Q3
<i>Int. Journal of Accounting, Auditing and Performance Evaluation</i>	1	Internacional	Q4
<i>Journal of Accounting and Economics</i>	4	Internacional	Q1
<i>Journal of Accounting Research</i>	1	Internacional	Q1
<i>Journal of Accounting, Auditing &amp; Finance</i>	1	Internacional	Q3
<i>Journal of Accounting, Ethics &amp; Public Policy</i>	1	Internacional	Q4
<i>Journal of Business Finance &amp; Accounting</i>	1	Internacional	Q2/A1
<i>Journal of International Accounting Research</i>	1	Internacional	Q3/B1
<i>Journal of International Accounting, Auditing and Taxation</i>	1	Internacional	Q3
<i>Journal of International Financial Management &amp; Accounting</i>	1	Internacional	Q2
<i>Journal of the American Taxation Association</i>	11	Internacional	Q1
<i>National Tax Journal</i>	5	Internacional	Q2
<i>Pacific Accounting Review</i>	1	Internacional	Q4
<i>RAE - Revista de Administração de Empresas</i>	1	Nacional	A2
<i>Research in Accounting Regulation</i>	1	Internacional	Q3
<i>Review of Accounting and Finance</i>	1	Internacional	Q4
<i>Review of Accounting Studies</i>	3	Internacional	Q1
<i>Review of Quantitative Finance and Accounting</i>	1	Internacional	Q2
<i>Revista Contabilidade &amp; Finanças</i>	3	Nacional	Q4/A2
<i>Revista Contemporânea de Contabilidade</i>	2	Nacional	A2
<i>Revista de Contabilidade e Organizações</i>	1	Nacional	A2
<i>Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade</i>	1	Nacional	B1
<i>Revista Universo Contábil</i>	1	Nacional	A2
<i>The Accounting Review</i>	13	Internacional	Q1
<i>The International Journal of Accounting</i>	1	Internacional	Q2/A1
Total de artigos	70		

*Nota.* A classificação no Qualis se deu com base nas “classificações de periódicos do quadriênio 2013-2016”, e no SJR foi relativa ao período de 2018.

Dos 25 periódicos internacionais, dois constavam tanto no SJR quanto no Qualis/Capes: *Journal of Business Finance & Accounting* e *Journal of International Accounting Research*. Além disso, nenhum periódico internacional foi classificado apenas no Qualis/Capes, porém 24 periódicos foram classificados apenas no SJR, sendo seis Q1, seis Q2, cinco Q3 e sete Q4.

Os periódicos do SJR com maior número de artigos da amostra são: *The Accounting Review* (13) e *Journal of the American Taxation Association* (11). Já no Qualis/Capes, encontrou-se um número menor de artigos em comparação com o SJR, contendo a *Revista Contabilidade & Finanças* 3 artigos e a *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 2 artigos.

Destaca-se que 82,9% dos artigos utilizaram metodologia quantitativa e, em relação aos estudos teóricos, 45,5% foram publicados na revista *National Tax Journal*. O tema GR (Tema 4) foi o mais analisado nas duas revistas internacionais com maior número de artigos publicados (*The Accounting*

*Review e Journal of the American Taxation Association*), com 45,8% das publicações, seguido pelo tema *value relevance* (Tema 7), com 25%.

O núcleo especializado é composto pelos periódicos *The Accounting Review e Journal of the American Taxation Association*, que produziram 34,3% dos estudos sobre os temas desta pesquisa, além de terem as melhores classificações no Qualis/Capes (A1 ou A2) e no SJR (Q1 e Q2), corroborando a Lei de Bradford. De acordo com essa lei, os periódicos que mais publicam sobre determinado tema formam um núcleo especializado que apresenta tendência de maior qualidade e/ou relevância na área (Guedes & Borschiver, 2005).

A Tabela 7 ilustra a quantidade de artigos publicados por ano sobre cada tema. A primeira publicação da amostra ocorreu em 1998 no *Journal of Accounting Research* pela pesquisadora Mills (1998). Desde então, houve publicações sobre os temas em quase todos os anos da amostra. Ao longo do horizonte temporal de estudo, o número de pesquisas sobre BTM tem aumentado e se diversificado quanto aos temas, sendo 2009 e 2016 os anos com maior número de publicações, principalmente, sobre o tema gerenciamento de resultados. Conforme Tabela 7, as pesquisas nacionais ainda são poucas se comparadas as internacionais, visto que aquelas representam 15,7% do total de estudos sobre BTM.

**Tabela 7.**

Indicadores mais publicados por ano

Ano	Quantidade de artigos por Indicador							Internacionais	Nacionais
	1	2	3	4	5	6	7		
1998	1							1	0
2000							1	1	0
2003				1				1	0
2004							1	1	0
2005				1	1			2	0
2006	1			1				2	0
2008			1		1			2	0
2009		1		8	1	2		12	0
2010				1	1	2		4	0
2011				2			1	3	
2012	1			3	2		1	6	1
2013			1	1	1		1	4	
2014				4	1		1	5	1
2015	1			2	2		1	5	1
2016	2	1	1	2	2	1	1	5	5
2017	1	2	1	2				3	3

2018					1				1	
2019	1								1	
Total	8	4	4	28	13	5	8	59	11	

De acordo com a Tabela 8, o autor com mais publicações sobre os temas abordados nesta pesquisa foi Martinez, A. L. (5 artigos) seguido por Hanlon, M.; Shevlin, T. e Wilson, R. J. (4 publicações por autor). Além disso, sete pesquisadores realizaram três pesquisas, quinze autores produziram dois artigos e 89 pesquisadores produziram apenas um artigo. Tem-se que os autores com apenas uma publicação foram responsáveis por 56,7% da produtividade, o que está em consonância com o prescrito pela Lei de Lotka, uma vez que, aproximadamente, 60% da produção ( $1/n^2$ ) está concentrada em autores com apenas uma contribuição.

**Tabela 8.**

Publicações por autores, tema, fator de impacto e origem

<b>Autores</b>	<b>No.</b>	<b>Tema</b>	<b>SJR/Qualis</b>	<b>Origem</b>
Atwood, T. J.	3	4, 4 e 5	Q1	Internacional
Blaylock, B.	3	4, 3 e 5	Q1	Internacional
Costa, P. S.	3	1, 2 e 5	Q4 e A2	Nacional
Hanlon, M.	4	1, 4, 5 e 5	Q1 e Q2	Internacional
Heltzer, W.	3	1, 2 e 4	Q3 e Q4	Internacional
Martinez, A. L.	5	4, 5, 5, 6 e 7	A2, B1 e B2	Nacional
Mills, L. F.	3	1, 1 e 3	Q1 e Q2	Internacional
Pincus, M.	3	4, 4 e 7	Q1	Internacional
Rego, S. O.	3	4, 4 e 4	Q1	Internacional
Shevlin, T.	4	3, 4, 5 e 5	Q1	Internacional
Wilson, R. J.	4	4, 5, 6 e 6	Q1	Internacional
Dois artigos*	15			2 nacionais
Um artigo**	89			16 nacionais

*Nota.* No.: número de artigos publicados. \*Dois artigos: número de autores que publicaram dois artigos da amostra.

\*\*Um artigo: número de autores que publicaram apenas em um artigo da amostra.

Na Tabela 9, é apresentada a origem da amostra utilizada pelos autores nas publicações analisadas neste estudo. Do total de publicações, 43,4% da amostra é oriunda dos Estados Unidos (36), 13,3% envolveram amostras de vários países (*cross-country*) e 12,0% são estudos brasileiros.

**Tabela 9.**

Países componentes da amostra com artigos relacionados aos temas publicados

Países	Temas							Total
	1	2	3	4	5	6	7	
Alemanha				1				1
América Latina		1*			1*			2
Brasil	1*	1*	1*	1*	3***	1*	1*	9
China	2			3	1			6
Cross-country	2		1	5**	2		1	11
Estados Unidos - EUA	2	1	2	11	5	2	6	29
Europa				1				1
Japão				1				1
Nova Zelândia	1							1
Rússia e Europa				1				1
Taiwan					1			1
Tunísia		1						1
Teóricos				4		2		6
Total	8	4	4	28	13	5	8	70

*Nota.* \* estudo nacional; \*\* apenas um estudo nacional; \*\*\* dois estudos nacionais

Todos os temas foram pesquisados com amostras de empresas oriundas dos EUA e do Brasil. Apenas cinco temas foram pesquisados com amostra de empresas de vários países (*cross-country*), sendo que nenhum deles utilizou modelos hierárquicos para captar efetivamente o efeito país. Isso pode sugerir a necessidade de mais pesquisas que observem o efeito das características dos países na relação entre BTM e os indicadores de qualidade da informação financeira.

## Lacunas e Sugestões para Futuras Pesquisas

### BTD e Auditoria

Sobre o tema auditoria (AUD), foram definidos quatro subtemas de pesquisas: honorários, receita federal (RF), qualidade da auditoria e risco de auditoria (Tabela 10) a partir das variáveis testadas nos estudos. A relação entre BTM e auditoria foi avaliada em oito estudos (Tabela 10). Todos os tipos de BTM foram objeto de estudo nas pesquisas, porém apenas Ávila, Costa e Fávero (2017) analisaram todos os tipos de BTM.

**Tabela 10.**

Relação entre BTDT e Auditoria

Variável	Relação documentada							Autor(es)
	BTDT	BTDT+	BTDT-	BTDTTE	BTDP	BTDN	BT DAN	
Honorários	+	+	NS	NS	NS	NS	NS	Ávila, Costa & Fávero (2017)
	+							Kuo e Lee (2016)
				+	+			Hanlon et al. (2012)
Receita Federal (RF)		+	NS					Mills (1998)
	-							Cho, Wong e Wong (2006)
							+	Li, Pittman, & Wang (2019)
Qualidade da auditoria (QA)	NS							Chan et al. (2016)
Risco de auditoria (RA)		+	+	+	+	+	+	Heltzer e Shelton (2015)

*Nota.* NS = não significativa, + = relação positiva, - = relação negativa, BTDT = total, BTDT+ = total positiva, BTDT- = total negativa, BTDTTE = temporária, BTDP = permanente, BTDN = normal e BT DAN = anormal.

Quanto à qualidade do auditor (QA), Chan *et al.* (2016) consideraram que, quanto maior a empresa de auditoria (*Big Five*), ou se a empresa de auditoria está localizada em um país diferente da China, maior a qualidade da auditoria. Isso porque, particularmente, na China, segundo esses autores, é comum as empresas locais cederem às pressões, principalmente, as empresas menores. Eles encontraram ainda que a presença de BTDT não influencia na escolha de uma empresa de auditoria de qualidade.

Heltzer e Shelton (2015) analisaram a percepção de 316 auditores norte-americanos sobre a associação da BTDT com o risco de auditoria. Isto porque a BTDT pode ser derivada do gerenciamento de resultados. Os autores encontraram que, na percepção dos auditores, valores elevados de BTDT positiva e temporária têm maior impacto no risco de auditoria do que grandes valores de BTDT negativa e permanente. Além disso, um terço dos auditores afirmaram usar a BTDT para avaliar o risco de auditoria.

Três estudos investigaram a relação dos honorários cobrados pelas equipes de auditoria e a BTDT, apontando resultados divergentes entre os países de origem *code law* (Ávila, Costa & Fávero, 2017) e *common law* (Hanlon *et al.*, 2012). Apesar de realizarem análise *cross-country*, Kuo e Lee (2016) não investigaram a influência da origem legal na relação entre honorário de auditoria e BTDT.

Outros três estudos da amostra analisaram se a BTDT aumenta a probabilidade de as empresas sofrerem auditoria da RF. Essas auditorias fiscais tem o objetivo de evitar a evasão fiscal e obter recursos



para exercício de sua atividade (Li *et al.*, 2019). Os resultados são divergentes tanto entre as duas pesquisas com amostras de empresas de origem *common law* (Cho *et al.*, 2006, Mills, 1998) quando com amostra de origem *code law* (Li *et al.*, 2019).

Estudos futuros podem analisar a influência das características de nível país e de setores de atuação nessa relação. Os resultados deste estudo apontam que o auditor percebe de maneira diferente os riscos envolvidos com cada tipo de BTD, o que ressalta a relevância de estudos que considerem a análise segregada por tipo de BTD.

Ainda em relação à RF, outro ponto que pode ser investigado é a percepção dos auditores fiscais quanto ao uso da BTD como critério para escolha da empresa a ser auditada. Pode-se analisar também se os gestores e os preparadores das demonstrações contábeis evitam divulgar altos valores de BTD a fim de evitar que a empresa seja “selecionada” para passar por auditoria da RF. Também pode ser investigado se os auditores da RF observam a qualificação da equipe de consultoria para escolha da empresa a ser auditada. Uma equipe de consultoria com maior qualificação tende a gerar informações que auxiliam os gestores na economia de tributos (Cho *et al.*, 2006), o que pode aumentar a BTD. Portanto, outras pesquisas poderiam auxiliar os gestores a entenderem os motivos que levam uma empresa a ser selecionada para uma auditoria da RF.

Além disso, pesquisadores podem verificar como o rodízio de empresas de auditoria se relaciona com a BTD, visto que essa análise foi considerada apenas no estudo de Chan *et al.* (2016) em empresas chinesas.

### **BTD e Conservadorismo**

Quatro artigos da amostra avaliaram a relação entre a BTD e o conservadorismo, sendo os resultados contraditórios, como mostra a Tabela 11.

**Tabela 11.**

Relação entre BTDT e Conservadorismo

Tipo de BTDT	Conservadorismo Contábil		Conservadorismo Tributário		Autor
	Condicional	Incondicional	Condicional	Incondicional	
BTDT	-/+				Koubaa e Jarboui (2017)
	-	-	-	+	Santos et al. (2016)
		NS			Vale e Nakao (2017)
BTDT+	NS	NS	NS	-	Heltzer (2009)
	NS	+	NS	+	Santos et al. (2016)
BTDT-	NS	NS	-	NS	Heltzer (2009)
	NS	NS	NS	+	Santos et al. (2016)
BTDTTE	-	+	NS	+	Santos et al. (2016)
BTDP	-	+	NS	NS	Santos et al. (2016)
BTDN	NS				Koubaa e Jarboui (2017)
BT DAN	-				Koubaa e Jarboui (2017)

*Nota.* NS = não significativa, + = relação positiva, - = relação negativa, BTDT = total, BTDT+ = total positiva, BTDT- = total negativa, BTDTTE = temporária, BTDP = permanente, BTDN = normal e BT DAN = anormal.

A BTDT normal e a anormal foram estudadas apenas com relação ao conservadorismo condicional. Isso representa uma lacuna de pesquisa, uma vez que a BTDT anormal e o conservadorismo incondicional estão, teoricamente, relacionados com o gerenciamento de resultados discricionário (Qiang, 2007). Além disso, a BTDT normal, por ser derivada apenas da diferença entre as normas, pode envolver maior conservadorismo condicional do que a BTDT anormal por se relacionar com o gerenciamento de resultados não discricionários. Outro ponto é avaliar a variação da BTDT, uma vez que os gestores podem usar o conservadorismo para evitar oscilações nessa variável.

Em relação aos artigos apresentados na Tabela 11, apenas Koubaa e Jarboui (2017) não utilizaram o modelo de Basu (1997) para mensuração do conservadorismo. Esses autores testaram dois modelos: Khan e Watts (2009) e Ball e Shivakumar (2005). O conservadorismo mensurado com o modelo de Khan e Watts (2009) tem relação negativa com a BTDT e a BT DAN (Koubaa & Jarboui, 2017). Por outro lado, o conservadorismo mensurado por meio do modelo Ball e Shivakumar (2005) tem relação positiva com a BTDT (Koubaa & Jarboui, 2017). Esses resultados divergentes sugerem o modelo utilizado para mensuração do conservadorismo pode ser relevante na identificação da relação entre BTDT e essa variável. Assim, pesquisas futuras podem testar a relação entre os tipos de BTDT utilizando mais de um modelo para mensuração do conservadorismo, no intuito de verificar os efeitos da mudança de métodos de mensuração.

Além disso, Givoly, Hayn e Natarajan (2007) mencionam que o modelo de Basu (1997) não considera os eventos econômicos individuais e suas consequências, o que pode gerar maiores variações dos eventos em determinados setores. Nesse sentido, testar modelos diferentes desse pode ser interessante para comparação dos resultados e análise de robustez dos modelos.

Santos *et al.* (2016) e Vale e Nakao (2017) analisaram a relação entre BTD e conservadorismo antes e após a adoção das IFRS com amostras de países de origem *code law*. Ambos os estudos não identificaram relação entre os tipos de BTD e o conservadorismo após a adoção das IFRS. No entanto, nessas pesquisas, o período pós-adoção das IFRS é inferior a cinco exercícios. Isso sugere que futuros estudos podem considerar um período mais longo de adoção das IFRS, uma vez que a institucionalização dessas normas pode demorar mais tempo, implicando em uma curva de aprendizagem.

Além disso, os estudos descritos na Tabela 11 utilizaram amostras de empresas da América Latina, Brasil, EUA e Tunísia (Tabela 9). Nenhum estudo *cross-country* foi desenvolvido sobre o tema abordado nesta subseção, representando uma lacuna de pesquisa. As características dos países podem afetar o nível de conservadorismo e também o nível de BTD, uma vez que, em países *code law*, o conservadorismo é mais elevado e a BTD é menor (Costa & Lopes, 2015).

### **BTD e Estrutura de Capital**

A relação entre BTD e estrutura de capital foi analisada em quatro estudos (Tabela 12). O termo estrutura de capital foi utilizado para representar as variáveis alavancagem, custo da dívida, dividendos e risco de falência.

**Tabela 12.**  
Relação entre BTD e Estrutura de Capital

Tipo de BTD	Relação documentada				Autor(es)
	Alavancagem	Custo da dívida e CP	Dividendos	Falência	
BTDT	-	-			Blaylock et al. (2017)
			+		Novaes, Sarlo Neto, Almeida, & Louzada (2015)
BTDT+			NS		Novaes et al. (2015)
				+	Noga & Schnader (2013)
BTDT-			+		Novaes et al. (2015)
				+	Noga & Schnader (2013)
BTDTE			NS		Novaes et al. (2015)

---

BTDP	+	Graham & Mills (2008)
		Novaes et al. (2015)

---

*Nota.* NS = não significante, + = relação positiva, - = relação negativa, BTDT = total, BTDT+ = total positiva, BTDT- = total negativa, BTDE = temporária, BTDP = permanente, CP = capital próprio.

---

Blaylock *et al.* (2017) e Graham e Mills (2008) investigaram a relação entre alavancagem financeira e a BTDT e a BTDP. Os autores encontraram resultados divergentes, o que pode ser devido ao fato de Blaylock *et al.* (2017) terem investigado apenas companhias norte-americanas que adotaram o TRA 86, enquanto Graham e Mills (2008) observaram todas as companhias abertas dos Estados Unidos. Isso sugere que analisar o tipo de BTDT pode ser relevante em pesquisas sobre estrutura de capital. Blaylock *et al.* (2017) também avaliaram a relação entre BTDT e o custo da dívida e o do capital próprio, tendo sido encontrado resultado similar à alavancagem. Como esse estudo utilizou amostra de firmas americanas, sugere-se a realização de pesquisas envolvendo as características de vários países. Isso porque a literatura revela que empresas de países *code law* e *common law* têm níveis de BTDT e estrutura de capital diferentes.

Novaes *et al.* (2015) analisaram os tipos de BTDT (exceto, normal e anormal) com o objetivo de verificar se a BTDT afeta a distribuição de dividendos adicionais em empresas brasileiras. Esses autores identificaram que valores extremos (quartil superior e inferior) da BTDT aumentam as chances de distribuição de dividendos adicionais, mesmo quando o lucro tributável é superior ao contábil. Futuras pesquisas podem observar se a distribuição de dividendos pode ser afetada pela parcela da BTDT derivada do gerenciamento de resultados (BTDT anormal).

Noga e Schnader (2013) identificaram que as variações anormais da BTDT total (acima da média do setor) aumentam a probabilidade de a empresa entrar em insolvência ou ter dificuldades financeiras. Para esses autores, os valores extremos de BTDT e a probabilidade de falência estariam associados positivamente com o gerenciamento e a persistência dos resultados. Uma oportunidade de pesquisa é testar se a BTDT anormal, a temporária e a permanente estão relacionadas com a probabilidade de falência, uma vez que esses tipos de BTDT estariam mais associados com o GR contábil e fiscal. Além disso, seria oportuno testar outras *proxies* para falência, insolvência e dificuldade financeira, uma vez que Noga e Schnader (2013) consideraram como falência o fato de a empresa ter saído da bolsa de valores em

decorrência de descontinuidade do negócio.

Nenhum estudo da amostra considerou os efeitos das IFRS na relação entre BTDT e as *proxies* para EC, bem como as características dos setores e países na relação entre essas variáveis. As IFRS alteraram a forma de reconhecimento e de mensuração de itens no ativo, passivo e patrimônio líquido, o que pode afetar a estrutura de capital das empresas. Além disso, estudos como os de Martinez e Passamani (2014) e Marques, Nakao e Costa (2017) mostram que a BTDT aumentou após a adoção dessas normas e que isso pode estar relacionado com o GR, o que, conseqüentemente, pode afetar a estrutura de capital e o risco de falência das empresas.

### **Gerenciamento de Resultados (GR)**

A relação entre BTDT e GR foi avaliada em 29 artigos da amostra (Tabela 13). Percebe-se que a BTDT é a mais pesquisada e a BTDT normal e a anormal não foram testadas nessas pesquisas. Os resultados revelam relação positiva entre a BTDT e o gerenciamento contábil (GC) em 8 estudos, apresentando também essa BTDT relação positiva em 8 estudos com o gerenciamento tributário (GT). Porém, alguns estudos identificaram relação negativa entre essas variáveis (Tabela 13).

**Tabela 13.**

Pesquisas sobre BTDT e Gerenciamento de Resultados

Tipo de BTDT	Relação documentada		Autor(es)
	GC	GT	
BTDT	+		Badertscher, Phillips, Pincus e Rego (2009), Ferreira et al. (2012), Wong, Lo e Firth (2015) e Ying, Wright e Huang (2017)
			Atwood, Drake, Myers e Myers (2012), Lisowsky (2010) e Wilson (2009a)
	+	+	Ayers, Jiang e Laplante (2009), Frank, Lynche Rego (2009), Tang (2015) e Yamada (2016)
		-	Braga (2017) e Lisowsky (2009)
		+	Lisowsky (2009)
	NS		Chen, Dhaliwal e Trombley (2012) e Yamada (2016)
-		Burgstahler, Hail e Leuz (2006) e Watrin, Pott e Ullmann (2012) e Watrin, Ebert e Thomsen (2014)	
BTDT+	+		Ferreira et al. (2012)
BTDT-	-		Ferreira et al. (2012)
BTDTTE		+	Wilson (2009a)
		NS	Phillips e Rego (2003)
BTDP		+	Wilson (2009a)
	+		Sundvik (2017)

*Nota.* GT = gerenciamento tributário, GC = gerenciamento contábil, NS = não significativa, + = relação positiva, - = relação negativa, BTDT = total, BTDT+ = total positiva, BTDT- = total negativa, BTDTTE = temporária, BTDP = permanente, BTDN = normal e BT DAN = anormal.

---

A segregação da BTDT total em positiva ou negativa foi analisada apenas uma vez (Ferreira *et al.*, 2012). A BTDT total positiva ( $LC > LT$ ) sugere que os gestores estejam realizando GC (Ávila, Costa & Fávero, 2017). Sendo assim, outros estudos podem investigar qual tipo de GR (contábil ou tributário) os gestores mais praticam e qual sua relação com a BTDT. Também não foram encontrados estudos que analisassem a relação da BTDT total (positiva e negativa) com a prática de GT, sugerindo possibilidade de análises futuras.

A relação entre a BTDTTE e o GT foi investigada em dois estudos (Phillips & Rego, 2003, Wilson, 2009a). Wilson (2009a) considerou as empresas acusadas pelo Tesouro Nacional dos EUA de uso de paraísos fiscais como forma de reduzir a carga tributária, tendo sido 2002 o último ano da amostra. Estudos futuros podem investigar períodos mais recentes.

O estudo de Lisowsky (2009) revelou que maiores diferenças entre o lucro divulgado ao acionista e o reportado à receita federal dos EUA sinalizam uma posição fiscal agressiva, o que está sujeito à auditoria da Receita Federal. Tal descoberta ocorreu a partir do uso de variáveis que sinalizam uma posição fiscal agressiva como: receita de juros dos acionistas minoritários e receita dos impostos estrangeiros, cuja relação é negativa e equivalência patrimonial da subsidiária não consolidada, sendo a relação é positiva.

Ainda se constata que o GC é mais investigado que o GT (Tabela 13). Apenas quatro estudos analisaram tanto o GC quanto o GT e todos consideraram a BTDT total. Esses estudos foram realizados com empresas do mercado japonês (Yamada, 2016), norte-americano (Ayers, Jiang & Laplante, 2009, Frank, Lynch & Rego, 2009) e empresas de vários países (Tang, 2015). Logo, percebem-se oportunidades de estudos futuros em outros países para constatação ou refutação dos resultados. Além disso, podem ser criadas outras métricas para identificação do GT em decorrência das limitações naquelas já existentes, como ocorre com o *Tax Avoidance*, por exemplo, que não consegue separar o “mau” gerenciamento de planejamento tributário.

Foram quantificados os modelos de GC mais usados, sendo eles: Jones Modificado proposto por Dechow, Sloan e Sweeney. (1995), utilizado em oito estudos (Phillips & Rego, 2003, Ayers, Jiang &

Laplante, 2009, Badertscher *et al.*, 2009, Frank, Lynch & Rego, 2009, Ferreira *et al.*, 2012, Watrin *et al.*, 2012, Wong *et al.*, 2015, Yamada, 2016); Jones Modificado com controle do desempenho operacional, mediante o ROA, que foi analisado em seis estudos (Ayers, Jiang & Laplante, 2009, Frank, Lynch & Rego, 2009, Chen, Dhaliwal & Trombley, 2012, Watrin, Ebert & Thomsen, 2014, Tang, 2015, Sundvik, 2017); Modelo Jones (1991), com análise em cinco pesquisas (Burgstahler, Hail & Leuz, 2006, Watrin, Pott & Ullmann, 2012, Watrin, Ebert & Thomsen, 2014, Yamada, 2016, Sundvik, 2017). Futuros pesquisadores podem testar esses três modelos em um mesmo estudo no intuito de avaliar a sua robustez, buscando identificar se os resultados distintos encontrados nas pesquisas podem ser decorrentes dos modelos utilizados.

Por sua vez, as métricas usadas para identificar o GT foram: *Tax Avoidance* e uso de abrigos fiscais. Em relação ao *Tax Avoidance*, foram consideradas as métricas propostas por Atwood *et al.* (2012) e Tang (2015). A métrica de Atwood *et al.* (2012) consiste no total de tributos evitados em relação ao total apurado multiplicada pela aplicação da alíquota tributária do país de origem da organização sobre o LAIR menos os valores de itens especiais. Tang (2015) propôs duas métricas para identificar o *Tax Avoidance*: a primeira é a diferença entre a taxa aplicada sobre o LAIR do país de origem da organização e a taxa efetiva (despesa tributária corrente dividida pelo LAIR menos itens excepcionais); e a segunda é o quociente da despesa tributária corrente dividida pelo fluxo de caixa operacional.

O uso de abrigos fiscais foi analisado por Frank, Lynch e Rego (2009), Wilson (2009a) e Lisowsky (2010). O modelo de Frank, Lynch e Rego (2009) controla os itens não discricionários relacionados ao planejamento tributário e que ocasiona diferenças permanentes. Wilson (2009a) e Lisowsky (2010), por sua vez, utilizaram-se de uma regressão logística, cuja variável dependente é o logaritmo da possibilidade de a empresa em se envolver em abrigos fiscais, sendo a BTM uma das variáveis explicativas. Nenhuma das pesquisas testou a mesma amostra com mais de uma métrica de identificação do GT e a amostra mais recente é de 2014 (Braga, 2017), estudo realizado em contexto brasileiro.

Dos estudos que analisaram a relação do GC com a BTM, percebe-se que todos consideraram os *accruals* discricionários. Além disso, Yamada (2016), em uma análise de empresas japonesas, considerou também os *accruals* não discricionários, cuja relação não foi estatisticamente significativa. Já Sundvik (2017), analisando empresas de países da Europa, encontraram relação positiva da BTM com os *accruals*

totais. Logo, pesquisadores em estudos futuros podem usar tanto os *accruals* não discricionários quanto os totais.

Os modelos de GR sofrem críticas quanto à subjetividade na mensuração dos *accruals* (Coelho & Lima, 2009). Desse modo, sugere-se análise em estudos futuros da adoção de mais de um modelo, permitindo maior robustez dos dados, inclusive, com possibilidade de criação de outros modelos. Além disso, pode-se investigar se a BTM reduz ou aumenta o uso de proteção fiscal, incluindo a mudança no comportamento da proteção fiscal com a aplicação de uma supervisão adicional, como, por exemplo, governança corporativa, como mencionado por Lisowsky (2010). Pesquisadores podem também analisar os motivos da relação positiva entre a agressividade dos relatórios financeiros e tributários (Frank *et al.*, 2009). Por fim, podem ser analisadas as estratégias usadas pelos gestores para redução do lucro tributário frente ao contábil em empresas de capital fechado, além de estudos que analisem a relação da gestão tributária com índices econômico-financeiros e índices de mercado (Gomes, 2016).

Em relação aos aspectos gerais, 5 estudos realizaram análise *cross-country* (Atwood *et al.*, 2012, Watrin, Ebert & Thomsen, 2014, Blaylock, Gaertner & Shevlin, 2015, Tang, 2015, Sundvik, 2017). A maioria dos estudos utilizou regressão linear com dados em painel, considerando características da firma e dos países em um mesmo nível. Esses resultados sugerem que futuras pesquisas podem considerar as características das empresas e dos países para estudos *cross-country*.

A única pesquisa qualitativa da amostra é a de Atwood (2014), tendo em vista que ele fez uma análise crítica do estudo de Watrin, Pott e Ullmann (2012). Pesquisas qualitativas podem ser úteis para avaliar as motivações dos gestores para o gerenciamento de resultados e para verificar se eles gerenciam o lucro contábil e o tributário no intuito de suavizar a persistência da BTM.

Além dos estudos apresentados na Tabela 13, há 8 estudos que realizaram análises que não envolveram testes estatísticos para apresentar relação da BTM e o GR. Chan, Lin e Tang (2013) pesquisaram os efeitos tributários ocasionados pela mudança no nível de conformidade dos relatórios contábeis e financeiros nas empresas chinesas, tendo sido constatado maior gerenciamento de resultado para empresas de maior porte em comparação com as menores em período com menor conformidade. Assim, o porte das empresas pode ser uma variável explicativa dessa relação entre BTM e gerenciamento de resultados.



Desai e Dharmapala (2009) estabeleceram uma discussão mediante exemplo para verificar a relação do GR contábil com a evasão fiscal, tendo eles analisado como as implicações dessa prática influenciam o ambiente dos relatórios financeiros. Para os autores, quando há alinhamento entre os ideais dos gestores e dos acionistas para redução dos tributos, o gestor tem incentivo para evasão fiscal. Estudos futuros podem analisar como o fato de a empresa ter seguro de responsabilidade civil de diretores e executivos influencia os gestores a adotarem o gerenciamento de resultado, tanto contábil quanto tributário, podendo a BTM ser usada para evidenciar as práticas de gerenciamento, como o estudo realizado por Zeng (2017).

Donohoe, McGill e Outsley (2014) realizaram uma análise sobre o aumento do histórico do planejamento tributário corporativo das empresas multinacionais norte-americanas. Eles encontraram que, até 1980, grandes empresas tinham menores taxas devido a preferências tributárias, como diferimento dos tributos e maximização das deduções fiscais. De 1980 a 1986, houve aumento nos benefícios fiscais oferecidos pelo governo, o que ocasionou aumento na BTM. Assim, surgiu a reforma tributária de 1986, que, entre outros fatores, determinou a obrigatoriedade de incorporar ao LT metade do LC que excedeu ao tributário e, para tanto, os gestores aumentaram as práticas de gerenciamento tanto para aumentar o LC quanto para reduzir o LT.

Graham, Raedy e Shackelford (2012) realizaram discussão teórica sobre a importância da literatura sobre contabilidade tributária. Louie (2005) examinou a extensão da BTM nos rendimentos estrangeiros alcançados pelas empresas norte-americanas. Conforme resultados encontrados, as diferenças temporárias, em 1998, representavam 52,2% do lucro tributável, enquanto, em 2000, era 78,8%. Já as diferenças permanentes aumentaram de 26% para 81,1% no lucro contábil nos mesmos anos analisados. Logo, houve saldos superiores no LC em relação ao LT. Pesquisadores, em futuros estudos, podem analisar com dados mais recentes e/ou em outros países se esse comportamento permanece, principalmente, após a implantação das IFRS.

Hanlon e Maydew (2009) examinaram as implicações das propostas para aumento da conformidade financeira e fiscal (CCF). Para os defensores desse sistema, a implantação da CCF irá reduzir a evasão fiscal. Desse modo, futuros estudos podem analisar os reflexos ocorridos nas empresas em países que aumentaram ou reduziram a CCF mediante a adoção de legislações gerais, como as IFRS

ou legislação específica do país. Os pesquisadores podem também analisar o impacto dessas normas nos diferentes indicadores de qualidade da informação financeira. Essas informações permitem que os órgãos governamentais vejam de forma empírica a influência de alguma mudança na legislação do país e, se esses resultados não forem satisfatórios, eles podem, inclusive, melhorar ou publicar nova legislação.

Shaviro (2009) fez uma proposta para alinhamento do LC e LT, considerando a média ponderada do LC e “preliminar” do tributário como a base do lucro a ser tributado. Para esse autor, seria interessante descobrir qual o nível “ótimo” de BTM a fim de reduzir o gerenciamento de resultados. Futuros estudos podem trazer novas propostas com vistas a descobrir esse nível.

Heltzer e Shelton (2011) analisaram a percepção de 781 entrevistados (457 profissionais que atuam com tributos e 324 auditores independentes) sobre os motivos ocasionadores da BTM. Para os respondentes, o motivo de maior BTM está relacionado ao gerenciamento ascendente do LC e descendente do LT. Para futuros estudos, pesquisadores podem identificar a percepção de outros usuários como, por exemplo, os analistas. Como o estudo foi realizado em contexto norte-americano, estudos futuros podem ser realizados em outros países.

Além das sugestões mencionadas ao longo das discussões dos resultados, apresentam-se outras possibilidades de pesquisas, como, por exemplo, pesquisadores podem investigar se os analistas conseguem antecipar de forma eficiente a mudança no LC em decorrência de mudanças nas taxas de impostos (Watrin, Pott & Ullmann, 2012). Ainda, análises futuras podem investigar todos os tipos de BTM e GR (contábil e tributário), considerando os efeitos das IFRS, períodos mais recentes, amostra *cross-country* e características dos países, visto que esses itens podem influenciar o GR e também a BTM.

### **BTM e Persistência dos Resultados**

Dezesseis estudos da amostra analisaram a relação entre BTM e persistência do lucro (Tabela 14). Os resultados são divergentes para todos os tipos de BTM.

**Tabela 14.**

Relação entre BTB e Persistência dos resultados

<b>Tipo de BTB</b>	<b>Relação documentada</b>	<b>Autor(es)</b>
BTBT	+	Blaylock, Shevlin e Wilson (2012), Chen, Dhaliwal e Trombley (2012), Chi et al. (2014), Hanlon (2005), Lev e Nissim (2004), Nakao e Gray (2018), Weber (2009) e Zhou (2016)
	NS	Hanlon, Maydew e Shevlin (2008)
BTBT+	-	Atwood, Drake e Myers (2010), Chen, Dhaliwal e Trombley (2012), Marques, Costa e Silva (2016) e Martinez e Passamani (2014)
	+	Hanlon (2005), Huang e Wang (2013), Marques, Costa e Silva (2016), Martinez e Bassetti (2016) e Zhou (2016)
BTBT-	NS	Martinez e Bassetti (2016)
	-	Blaylock, Shevlin e Wilson (2012)
BTBT-	+	Hanlon (2005), Huang e Wang (2013), Marques, Costa e Silva (2016) e Zhou (2016)
	NS	Martinez e Bassetti (2016)
BTBTE	-	Blaylock, Shevlin e Wilson (2012)
	+	Zhou (2016)
BTBP	-	Chi et al. (2014), Jackson (2015) e Marques, Costa e Silva (2016)
	NS	Chi et al. (2014)
BTBN	-	Jackson (2015) e Marques, Costa e Silva (2016)
	-	Tang e Firth (2012)
BTBAN	+	Tang e Firth (2012)

*Nota.* NS = não significativa, + = relação positiva, - = relação negativa, BTBT = total, BTBT+ = total positiva, BTBT- = total negativa, BTBTE = temporária, BTBP = permanente, BTBN = normal e BTBAN = anormal.

Quatro estudos analisaram a relação da BTB tanto com a persistência do lucro quanto com a persistência do fluxo de caixa operacional (FCO). Atwood, Drake e Myers (2010) identificaram relação negativa da BTB com a persistência do lucro e não encontraram relação significativa com a persistência do FCO. Por outro lado, Blaylock, Shevlin e Wilson (2012) e Hanlon (2005) identificaram relação positiva entre a persistência do lucro e do FCO com a BTB. Huang e Wang (2013) encontraram relação positiva entre a BTB+ e BTB- e a persistência do resultado, porém não encontraram relação significativa entre a BTB+ e a persistência do FCO. Logo, diante desses resultados contraditórios, sugerem-se mais estudos que avaliem o efeito dos tipos de BTB na persistência do resultado e do fluxo de caixa.

Apenas Huang e Wang (2013) observaram empresas do setor bancário. Esse setor tem tratamento fiscal e, em parte, contábil distinto das empresas dos demais setores. Assim, a análise do efeito dos tipos de BTB na persistência do lucro e na persistência do fluxo de caixa poderia ser realizada, considerando as características dos setores, inclusive, observando setores regulados e não regulados. Chen, Dhaliwal e Trombley (2012) encontraram resultados negativos quando relacionaram o LC e o LT com a BTB para

explicar esses lucros do ano seguinte, respectivamente. E quando consideraram a relação do LC e LT com o desvio padrão da BTM, encontraram relação positiva para explicação do LC e LT do ano seguinte.

A relação entre BTM e persistência dos resultados foi observada também, considerando o ciclo de vida das empresas (Martinez & Bassetti, 2016), a participação da empresa no Ibovespa – *proxy* para monitoramento (Nakao & Gray, 2018) e a adoção das IFRS (Marques, Costa & Silva, 2016) tendo sido concluído que tais variáveis, em conjunto com a BTM, afetam a persistência dos resultados. Nakao & Gray (2018) identificaram que companhias abertas com maior nível de monitoramento (participação no Ibovespa) apresentam maior persistência dos resultados após a adoção das IFRS. Destaca-se que esses autores utilizaram amostras de empresas de países de origem legalista, sugerindo que pesquisas futuras podem utilizar amostras *cross-country*, bem como testar outras *proxies* para monitoramento, como governança e auditoria.

Apenas Atwood, Drake e Myers (2010) verificaram se a origem legal das empresas afeta a persistência dos lucros. Porém, esses autores não observaram se a relação entre BTM e persistência dos lucros é afetada pelas características dos países. As características dos países podem influenciar o nível de GR, o nível de BTM e a persistência dos lucros, o que sinaliza a possibilidade de pesquisas com amostras *cross-country* e modelos econométricos que observem o nível país.

Ressalta-se que nenhum estudo da amostra teve como objetivo avaliar a persistência dos tipos de BTM, o que sugere que pesquisas futuras desse teor sejam realizadas. Os gestores podem gerenciar o lucro contábil e/ou o lucro tributável no intuito de alcançar a persistência da BTM, evitando chamar a atenção de fiscalizadores e normatizadores para grandes oscilações da BTM.

### **BTM e Rating**

A relação entre a BTM e o *rating* de crédito foi discutida em cinco artigos, sendo três artigos empíricos (Crabtree & Maher, 2009, Ayers, Laplante & McGuire, 2010, Miiller & Martinez, 2016), apresentados na Tabela 15, e dois qualitativos (Wilson, 2009b, 2010). Essas duas pesquisas qualitativas se constituem em análises críticas acerca dos artigos empíricos.

**Tabela 15.**

Relação entre BTDT e *Rating*

Tipo de BTDT	Relação	Autor(es)
BTDT	-	Ayers, Laplante e Mcguire (2010)
BTDT+	-	Ayers, Laplante e Mcguire (2010)
BTDT-	-	Ayers, Laplante e Mcguire (2010)
	-	Crabtree & Maher (2009)
BTDTTE	NS	Ayers, Laplante e Mcguire (2010)
	-	Crabtree & Maher (2009)
	NS	Miiller & Martinez (2016)
BTDP	NS	Ayers, Laplante e Mcguire (2010)
	NS	Miiller & Martinez (2016)

*Nota.* NS = não significativa, - = relação negativa, BTDT = total, BTDT+ = total positiva, BTDT- = total negativa, BTDTTE = temporária, BTDP = permanente.

Crabtree e Maher (2009) acreditam que os analistas de *rating* podem penalizar as empresas que divulgam níveis elevados de BTDT. Esses autores documentaram que níveis elevados de BTDT positiva e negativa favorecem o rebaixamento de *rating*. Para eles, é necessário haver um equilíbrio entre o LC e LT, visto que elevado nível de BTDT pode indicar inconsistências, resultando em perda de confiança quanto à qualidade das informações financeiras.

Ayers, Laplante e Mcguire (2010) identificaram que, quanto maior a variação positiva ou negativa na BTDT, maior a probabilidade de um rebaixamento na nota de *rating*. Isso porque essas variações representam medidas de risco e maior a incerteza em relação aos números contábeis.

Wilson (2009b, 2010) avaliou criticamente os estudos de Crabtree e Maher (2009) e de Ayers, Laplante e Mcguire (2010). Esse autor apontou que o fato de a variação da BTDT estar relacionada com as mudanças nas notas de *rating* não significa que os analistas de crédito usem a BTDT nas avaliações de crédito das companhias. Assim, Wilson (2009b, 2010) sugere uma série de questionamentos para pesquisas futuras: 1) como funciona a associação observada entre BTDT e *rating* na presença de fraca governança corporativa? 2) A BTDT resultante de estratégias fiscais agressivas também está associada com o *rating*? 3) A BTDT fornece informações úteis sobre mudanças fora do balanço nas atividades de financiamento? 4) Diferentes tipos ou valores extremos de BTDT têm associação distinta com o *rating*? 5) A BTDT que está associada com o maior gerenciamento de resultados, principalmente, o discricionário, têm associação diferente com o *rating*? 6) Os analistas e os investidores realmente usam a BTDT na análise

de crédito?

Miiller e Martinez (2016) pesquisaram se a BTM tem poder de influenciar a avaliação do *rating* na emissão de debêntures no Brasil. Esses autores documentaram que a BTM temporária e a permanente não têm relação com as classificações de crédito, ao contrário do que é mencionado no artigo de Ayers, Laplante e Mcguire (2010). Esse autores, com uma amostra de companhias abertas brasileiras (origem *code law*), encontraram resultados divergentes daqueles evidenciados por Ayers, Laplante e Mcguire (2010) e Crabtree e Maher (2009). Além disso, Crabtree e Maher (2009) e Miiller e Martinez (2016) afirmam que o reduzido tamanho da amostra é um limitador de suas pesquisas. Assim, estudos que observem as características dos países, com uma amostra *cross-country* e mais representativa, envolvendo países de origem legalista e não legalista, podem contribuir com a discussão sobre a relação entre BTM e *rating*.

### **BTM e Value Relevance**

A relação entre *value relevance* e BTM foi analisada em dez artigos (Tabela 16). A BTM total foi a mais estudada, enquanto a BTM total positiva e a negativa não foram investigadas. A BTM normal e a anormal foram analisadas em uma única pesquisa.

Além da *value relevance*, Chi *et al.* (2014) também verificaram como a presença da BTM pode determinar as negociações das ações, isto é, se há antecipação da venda devido à presença das informações privilegiadas quanto ao aumento ou redução do preço das ações. Yamada (2016) observou também a influência do GC e GT no *value relevance*. Assim, além da análise da *value relevance* da BTM a partir do preço ou do retorno da ação, pode ser útil avaliar as incertezas dos participantes de mercados, sendo medidas por três indicadores: volume de negociação, dispersões nas previsões dos analistas e volatilidade no retorno. De acordo com Comprix, Graham e Moore (2011), o uso dessas variáveis visa mostrar como o mercado recebe essas informações. Esses autores encontraram maior incerteza do mercado, pois, quanto maior a BTM, maiores são as oscilações do mercado no que tange aos três indicadores estudados pelos autores. Portanto, estudos futuros podem analisar o uso dessas medidas em outros mercados e, de acordo com esses autores, incluir outras variáveis, como volatilidade histórica da receita e idade da empresa.

**Tabela 16.**

Relação entre *BTD* e *Value Relevance*

Tipo de <i>BTD</i>	Relação documentada	Autor(es)
BTDT	+	Chi et al. (2014), Comprix et al. (2011), Lev e Nissim (2004), Martinez e Ronconi (2015)
	NS	Chen, Dhaliwal e Trombley (2012) e Yamada (2016)
	-	Martinez e Passamani (2014) e Yamada (2016)
BTDE	+	Chi et al. (2014), Comprix et al. (2011) e Guenther e Sansing (2000)
BTDP	NS	Chi et al. (2014)
	+	Brushwood, Johnston e Kutcher (2017) e Comprix et al. (2011)
BTDN	+	Báez-Díaz e Alam (2013)
BT DAN	-	Báez-Díaz e Alam (2013)

*Nota.* NS = não significativa, + = relação positiva, - = relação negativa, BTDT = total, BTDT+ = total positiva, BTDT- = total negativa, BTDE = temporária, BTDP = permanente, BTDN = normal e BT DAN = anormal.

### Lacunas Gerais

Nesta seção, são apresentadas sugestões gerais para futuras pesquisas relativas a temas que envolvem a relação entre os tipos de *BTD* e todos os indicadores de qualidade da informação financeira tratados nesta pesquisa.

A primeira sugestão diz respeito à fórmula de cálculo da *BTD*. Pesquisas podem investigar se a forma de cálculo da *BTD* influencia os resultados, visto que Hanlon, Maydew e Shevlin (2008) utilizaram como *proxy* para a CCF o coeficiente de resposta aos ganhos, enquanto Martinez e Passamani (2014) e Marques, Costa e Silva (2016) consideraram a diferença do LC e LT e Atwood, Drake e Myers (2010), por seu turno, regrediram a despesa tributária e o LC, pois consideraram o nível médio de despesa em relação ao LC. Tang e Firth (2012) regrediram as variações dos investimentos, receitas, prejuízo contábil e fiscal, diferença entre a taxa aplicada pela empresa e a taxa das subsidiárias consolidadas e *BTD* do ano anterior. Portanto, novos estudos podem discutir as diversas formas de cálculo dos /tipos de *BTD* e como elas influenciam nos resultados das pesquisas, ou seja, investigar qual a forma mais adequada de cálculo de cada tipo de *BTD*.

Outro ponto que não foi objetivo de estudo nas pesquisas da amostra é a *BTD* calculada a partir das informações publicadas nas demonstrações intermediárias. Pesquisas futuras podem investigar se a relação entre os tipos de *BTD* e os indicadores de qualidade da informação financeira é diferente ao longo do exercício. O gerenciamento de resultados, caso aconteça, ocorre somente no final do período?

Todas as pesquisas da amostra testaram a relação entre BTD e indicadores de qualidade no nível firma. Considerar outros níveis nas pesquisas, por exemplo, nível setor e nível país pode ser relevante porque as características setoriais e de países (corrupção, transparência, blocos econômicos, competitividade das nações, alíquotas de imposto, PIB *per capita*, religião, sistema jurídico) podem afetar a BTD e esses indicadores. Assim, modelos hierárquicos podem ser úteis nessas análises.

## **Considerações Finais**

Esta pesquisa teve como objetivo verificar quais são os principais resultados, sugestões para pesquisas futuras e lacunas existentes na literatura sobre a relação entre a *book-tax differences* (BTD) e os indicadores de qualidade da informação financeira. Os artigos foram coletados nos periódicos classificados no SJR e no sistema Qualis/Capes, cuja amostra final foi de 70 pesquisas.

As pesquisas publicadas sobre BTD corroboram a lei bibliométrica de Bradford, sendo apenas dois periódicos, *The Accounting Review* e o *Journal of the American Taxation Association*, responsáveis por 34,3% da produção. As pesquisas também corroboram a lei de Lotka, visto que os autores com maior produtividade produziram 43,3% do total das publicações.

Na amostra desta pesquisa, foram identificados artigos que tratam da relação da BTD com seis indicadores de qualidade da informação financeira: gerenciamento de resultados, conservadorismo, *rating*, auditoria, *value relevance* e persistência dos lucros. O indicador de qualidade mais pesquisado foi gerenciamento de resultado, sendo a BTD total a mais usada para explicar a qualidade da informação. Constata-se que estudos futuros poderão ainda explorar todos os indicadores de qualidade da informação financeira, visto que os resultados são divergentes entre as pesquisas, além de haver possibilidade de relacionar em um mesmo estudo mais de um tipo de indicador de qualidade com a BTD.

As principais lacunas de pesquisa identificadas neste estudo são: 1) desenvolvimento de pesquisas sobre BTD normal e anormal para o entendimento do real impacto da desvinculação das normas contábeis e tributárias na qualidade da informação financeira, observando as partes discricionária e não discricionária da BTD; 2) aprimoramento da forma de cálculo dos tipos de BTD no intuito de maior robustez dos modelos; 3) pesquisar se a BTD anormal ocorre ao longo do exercício ou, mais especificamente, no final do exercício; 4) avaliar a relação entre BTD e os indicadores de qualidade da



informação financeira em outros níveis além da firma, como, por exemplo, setor e país).

Esta pesquisa contribui com os pesquisadores ao trazer um panorama dos resultados dos estudos que já foram desenvolvidos sobre a relação da BTD com os indicadores de qualidade da informação financeira. Assim, pesquisas futuras podem se concentrar nas lacunas apresentadas neste estudo bibliométrico, tornando o processo de pesquisa mais assertivo.

Este estudo se limita ao período de análise, pois, conforme resultados apresentados, os últimos anos têm sido marcados pelo aumento de pesquisas sobre o tema. Ademais, este estudo abrangeu uma análise de 21 anos, que é um período superior ao recomendado por Chueke e Amatucci (2015). Há limitação também em relação às palavras-chave e línguas utilizadas para coleta dos artigos. Para amenizar esse ponto, foram utilizadas uma diversidade de palavras que remetem ao tema e não apenas BTD em duas línguas (português e inglês).

## **Referências**

- Alvarado, R. U. (1984). A Bibliometria no Brasil. *Ciência Da Informação*, 13(2), 91–105.
- Araújo, C. A. (2006). Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. *Em Questão*, 12(1), 11–32.
- Atwood, T. J. (2014). Discussion of: Book-tax conformity and earnings management: Insights from european oneand two-book systems. *Journal of the American Taxation Association*, 36(2), 91–99. <https://doi.org/10.2308/atax-10403>
- Atwood, T. J., Drake, M. S., Myers, J. N., & Myers, L. A. (2012). Home country tax system characteristics and corporate tax avoidance: International evidence. *The Accounting Review*, 87(6), 1831–1860. <https://doi.org/10.2308/accr-50222>
- Atwood, T. J., Drake, M. S., & Myers, L. A. (2010). Book-tax conformity, earnings persistence and the association between earnings and future cash flows. *Journal of Accounting and Economics*, 50(1), 111–125. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2009.11.001>
- Ávila, J. R. de M. S., Costa, P. D. S., & Fávero, L. P. L. (2017). Honorários de auditoria e Book-Tax Differences. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 11(31), 31–41. <https://doi.org/10.11606/rco.v11i31.134473>
- Ayers, B. C., Jiang, J., & Laplante, S. K. (2009). Taxable income as a performance measure: The effects of tax planning and earnings quality. *Contemporary Accounting Research*, 26(1), 15–54.

<https://doi.org/10.1506/car.26.1.1>

- Ayers, B. C., Laplante, S. K., & McGuire, S. T. (2010). Credit ratings and taxes: The effect of book-tax differences on ratings changes. *Contemporary Accounting Research*, 27(2), 359–402. <https://doi.org/10.1111/j.1911-3846.2010.01011.x>
- Badertscher, B. A., Phillips, J. D., Pincus, M., & Rego, S. O. (2009). Earnings Management Strategies and the Trade-Off between Tax Benefits and Detection Risk: To Conform or Not to Conform? *The Accounting Review*, 84(1), 63–97. <https://doi.org/10.2308/accr.2009.84.1.63>
- Báez-Díaz, A., & Alam, P. (2013). Tax conformity of earnings and the pricing of accruals. *Review of Quantitative Finance and Accounting*, 40(3), 509–538. <https://doi.org/10.1007/s11156-012-0275-2>
- Ball, R., Kothari, S. P., & Nikolaev, V. V. (2013). Econometrics of the basu asymmetric timeliness coefficient and accounting conservatism. *Journal of Accounting Research*, 51(5), 1071–1097. <https://doi.org/10.1111/1475-679X.12026>
- Blaylock, B., Gaertner, F. B., & Shevlin, T. (2017). Book-tax conformity and capital structure. *Review of Accounting Studies*, 22(2), 903–932. <https://doi.org/10.1007/s11142-017-9386-2>
- Blaylock, B., Gaertner, F., & Shevlin, T. (2015). The association between book-tax conformity and earnings management. *Review of Accounting Studies*, 20(1), 141–172. <https://doi.org/10.1007/s11142-014-9291-x>
- Blaylock, B., Shevlin, T., & Wilson, R. J. (2012). Tax Avoidance, Large Positive Temporary Book-Tax Differences, and Earnings Persistence. *The Accounting Review*, 87(1), 91–120. <https://doi.org/10.2308/accr-10158>
- Braga, R. N. (2017). Efeitos da adoção das IFRS sobre o tax avoidance. *Revista Contabilidade e Finanças*, 28(75), 407–424. <https://doi.org/10.1590/1808-057x201704680>
- Brushwood, J., Johnston, D., & Kutcher, L. (2017). The market valuation of the permanent book-to-tax differences generated by stock-based compensation awards. *Journal of the American Taxation Association*, 39(2), 1–20. <https://doi.org/10.2308/atax-51791>
- Burgstahler, D. C., Hail, L., & Leuz, C. (2006). The importance of reporting incentives: Earnings management in European private and public firms. *The Accounting Review*, 81(5), 983–1016. <https://doi.org/10.2308/accr.2006.81.5.983>
- Chan, K. H., Lin, K. Z., & Mo, P. L. L. (2010). Will a departure from tax-based accounting encourage tax noncompliance? Archival evidence from a transition economy. *Journal of Accounting and Economics*, 50(1), 58–73. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2010.02.001>

- Chan, K. H., Lin, K. Z., & Tang, F. (2013). Tax Effects of Book-Tax Conformity, Financial Reporting Incentives, and Firm Size. *Journal of International Accounting Research*, 12(2), 1–25. <https://doi.org/10.2308/jiar-50404>
- Chan, K. H., Luo, R., & Mo, P. L. L. (2016). Auditors' constraining effect on tax noncompliance at different book-tax conformity levels in a transition economy. *Journal of International Accounting Research*, 15(3), 1–30. <https://doi.org/10.2308/jiar-51612>
- Chen, L. H., Dhaliwal, D. S., & Trombley, M. A. (2012). Consistency of book-tax differences and the information content of earnings. *Journal of the American Taxation Association*, 34(2), 93–116. <https://doi.org/10.2308/atax-50174>
- Chi, S. S., Pincus, M., & Teoh, S. H. (2014). Mispricing of book-tax differences and the trading behavior of short sellers and insiders. *The Accounting Review*, 89(2), 511–543. <https://doi.org/10.2308/accr-50644>
- Chin, C. L., Chen, Y. J., & Hsieh, T. J. (2009). International diversification, ownership structure, legal origin, and earnings management: Evidence from Taiwan. *Journal of Accounting, Auditing and Finance*, 24(2), 233–262. <https://doi.org/10.1177/0148558X0902400205>
- Cho, J., Wong, J., & Wong, N. (2006). Book-tax differences and inland revenue audit adjustments in New Zealand. *Journal of Business Finance & Accounting*, 33(9–10), 1650–1667. <https://doi.org/10.1111/j.1468-5957.2006.00646.x>
- Chueke, G. V., & Amatucci, M. (2015). O que é bibliometria? Uma introdução ao Fórum. *Revista Eletrônica de Negócios Internacionais*, 10(2), 1–5. <https://doi.org/10.18568/1980-4865.1021-5>
- Coelho, A. C., & Lima, I. S. (2009). Gerenciamento de resultados contábeis no Brasil: comparação entre companhias de capital fechado e de capital aberto. *Revista de Administração - RAUSP*, 44(3), 207–221. <https://doi.org/10.19094/contextus.v3i2.32066>
- Comprix, J., Graham, R. C., & Moore, J. A. (2011). Empirical evidence on the impact of book-tax differences on divergence of opinion among investors. *Journal of the American Taxation Association*, 33(1), 51–78. <https://doi.org/10.2308/jata.2011.33.1.51>
- Costa, P. D. S. (2012). *Implicações da adoção das IFRS sobre a conformidade financeira e fiscal das companhias abertas brasileiras*. Universidade de São Paulo.
- Costa, P. D. S., & Lopes, A. B. (2015). *Implicações da adoção das IFRS sobre as book-tax differences: O caso do Brasil*. Novas Edições Acadêmicas.
- Crabtree, A., & Maher, J. J. (2009). The Influence of Differences in Taxable Income and Book Income on the Bond Credit Market. *Journal of the American Taxation Association*, 31(1), 75–99.

<https://doi.org/10.2308/jata.2009.31.1.75>

- Dechow, P. M. (1994). Accounting earnings and cash flows as measures of firm performance: The role of accounting accruals. *Journal of Accounting and Economics*, 18, 3–42. [https://doi.org/10.1016/0165-4101\(94\)90016-7](https://doi.org/10.1016/0165-4101(94)90016-7)
- Desai, M. A. (2005). The Degradation of Reported Corporate Profits. *Journal of Economic Perspectives*, 4(19), 171–192. <https://doi.org/10.1257/089533005775196705>
- Desai, M. A., & Dharmapala, D. (2006). Corporate tax avoidance and high-powered incentives. *Journal of Financial Economics*, 79(1), 145–179. <https://doi.org/10.1016/j.jfineco.2005.02.002>
- Desai, M. A., & Dharmapala, D. (2009). Earnings Management, Corporate Tax Shelters, and Book–Tax Alignment. *National Tax Journal*, 62(1), 169–186. <https://doi.org/10.17310/ntj.2009.1.08>
- Donohoe, M. P., McGill, G. A., & Outslay, E. (2014). Risky business: The prosopography of corporate tax planning. *National Tax Journal*, 67(4), 851–874. <https://doi.org/10.17310/ntj.2014.4.05>
- Dutra, E. S., & Costa, F. M. da. (2013). O Impacto do Gerenciamento de Resultado no Conservadorismo Contábil: Evidências no Mercado Brasileiro. *Encontro Da Anpad*, XXXVII, 1–15.
- Ferreira, F. R., Martinez, A. L., Costa, F. M., & Passamani, R. R. (2012). Book-tax differences e gerenciamento de resultados no mercado de ações do Brasil. *Revista de Administração de Empresas*, 52(5), 488–501. <https://doi.org/10.1590/S0034-75902012000500002>
- Fonseca, K. B. C., & Costa, P. S. (2017). Fatores determinantes das book-tax differences. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 11(29), 17. <https://doi.org/10.11606/rco.v11i29.122331>
- Formigoni, H., Antunes, M. T. P., & Paulo, E. (2009). Diferença entre o Lucro Contábil e Lucro Tributável: Uma Análise sobre o Gerenciamento de Resultados Contábeis e Gerenciamento Tributário nas Companhias Abertas Brasileiras. *BBR: Brazilian Business Review*, 6(1), 44–61.
- Frank, M. M., Lynch, L. J., & Rego, S. O. (2009). Tax Reporting Aggressiveness and Its Relation to Aggressive Financial Reporting. *The Accounting Review*, 84(2), 467–496. <https://doi.org/10.2308/accr.2009.84.2.467>
- Givoly, D., Hayn, C. K., & Natarajan, A. (2007). Measuring reporting conservatism. *The Accounting Review*, 82(1), 65–106. <https://doi.org/10.2308/accr.2007.82.1.65>
- Gomes, A. P. M. H. (2016). Características da Governança Corporativa como Estímulo à Gestão Fiscal. *Revista Contabilidade e Finanças*, 27(71), 149–168. <https://doi.org/10.1590/1808-057x201500750>

- Graham, J. R., & Mills, L. F. (2008). Using tax return data to simulate corporate marginal tax rates. *Journal of Accounting and Economics*, 46(2–3), 366–388. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2007.10.001>
- Graham, J. R., Raedy, J. S., & Shackelford, D. A. (2012). Research in accounting for income taxes. *Journal of Accounting and Economics*, 53(1–2), 412–434. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2011.11.006>
- Guedes, V. L. S., & Borschiver, S. (2005). Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento em sistemas de informação de Comunicação e de avaliação científica e tecnológica. In ENANCIB (Ed.), *Encontro Nacional de Ciência da Informação* (6th ed., Vol. 6, pp. 1–18). ENANCIB.
- Guenther, D. A., & Sansing, R. C. (2000). Valuation of the Firm in the Presence of Temporary Book-Tax Differences: The Role of Deferred Tax Assets and Liabilities. *The Accounting Review*, 75(1), 1–12. <https://doi.org/10.2308/accr.2000.75.1.1>
- Hanlon, M. (2005). The Persistence and Pricing of Earnings, Accruals, and Cash Flows When Firms Have Large Book-Tax Differences. *The Accounting Review*, 80(1), 137–166. <https://doi.org/10.2308/accr.2005.80.1.137>
- Hanlon, M., & Heitzman, S. (2010). A review of tax research. *Journal of Accounting and Economics*, 50(2–3), 127–178. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2010.09.002>
- Hanlon, M., Krishnan, G. V., & Mills, L. F. (2012). Audit fees and book-tax differences. *Journal of the American Taxation Association*, 34(1), 55–86. <https://doi.org/10.2308/atax-10184>
- Hanlon, M., & Maydew, E. L. (2009). Book-tax conformity: Implications for multinational firms. *National Tax Journal*, 62(1), 127–153. <https://doi.org/10.17310/ntj.2009.1.06>
- Hanlon, M., Maydew, E. L., & Shevlin, T. (2008). An unintended consequence of book-tax conformity: A loss of earnings informativeness. *Journal of Accounting and Economics*, 46(2–3), 294–311. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2008.09.003>
- Heltzer, W. (2009). Conservatism and Book-Tax Differences. *Journal of Accounting, Auditing and Finance*, 24(3), 469–504. <https://doi.org/10.1177/0148558X0902400307>
- Heltzer, W., & Shelton, S. (2015). Book-Tax Differences and Audit Risk: Evidence from the United States. *Journal of Accounting*, 16(4).
- Heltzer, W., & Shelton, S. W. (2011). The book-tax divide: Perceptions from the field. *Research in Accounting Regulation*, 23(2), 130–137. <https://doi.org/10.1016/j.racreg.2011.06.002>
- Huang, D. F., & Wang, C. L. (2013). Book-tax differences and earnings quality for the banking industry:

- evidence from Taiwan. *Pacific Accounting Review*, 25(2), 145–164. <https://doi.org/10.1108/PAR-12-2011-0052>
- Jackson, M. (2015). Book-Tax Differences and Future Earnings Changes. *Journal of American Taxation Association*, 37(2), 49–73. <https://doi.org/10.2308/atax-51164>
- Jeanjean, T., & Stolowy, H. (2008). Do accounting standards matter? An exploratory analysis of earnings management before and after IFRS adoption. *Journal of Accounting and Public Policy*, 27(6), 480–494. <https://doi.org/10.1016/j.jaccpubpol.2008.09.008>
- Koubaa, R. R., & Jarboui, A. (2017). Normal, abnormal book-tax differences and accounting conservatism. *Asian Academy of Management Journal of Accounting and Finance*, 13(1), 113–142. <https://doi.org/10.21315/aamjaf2017.13.1.5>
- Kuo, N.-T., & Lee, C.-F. (2016). A potential benefit of increasing book-tax conformity: evidence from the reduction in audit fees. *Review of Accounting Studies*, 21(4), 1287–1326. <https://doi.org/10.1007/s11142-016-9367-x>
- Lev, B., & Nissim, D. (2004). Taxable income, future earnings, and equity values. *The Accounting Review*, 79(4), 1039–1074. <https://doi.org/10.2308/accr.2004.79.4.1039>
- Li, W., Pittman, J. A., & Wang, Z. T. (2019). The determinants and consequences of tax audits: Some evidence from China. *Journal of the American Taxation Association*, 41(1), 91–122. <https://doi.org/10.2308/atax-52136>
- Lisowsky, P. (2009). Inferring U.S. tax liability from financial statement information. *Journal of the American Taxation Association*, 31(1), 29–63. <https://doi.org/10.2308/jata.2009.31.1.29>
- Lisowsky, P. (2010). Seeking Shelter: Empirically modeling tax shelters using financial statement information. *The Accounting Review*, 85(5), 1693–1720. <https://doi.org/10.2308/accr.2010.85.5.1693>
- Long, Y., Ye, K., & Lv, M. (2013). Non-institutional Determinants of Book-Tax Differences: Evidence from China. *Journal of Accounting and Finance*, 13(3), 146–153.
- Louie, H. J. (2005). A first look at the Book-tax Differences in the foreign-source income of U.S. Multinational Companies. *The National Tax Journal*, 98, 138–144.
- Manzon Jr., G. B., & Plesko, G. A. (2002). The relation between financial and tax reporting measures of income. *Tax Law Review*, 55, 175–214. <https://doi.org/10.2139/ssrn.264112>
- Marques, A. V. C., Costa, P. D. S., & Silva, P. R. (2016). Relevância do Conteúdo Informacional das Book-Tax Differences para Previsão de Resultados Futuros: Evidências de Países-Membros da

- América Latina. *Revista Contabilidade e Finanças*, 27(70), 29–42. <https://doi.org/10.1590/1808-057x201501570>
- Marques, M. T., Nakao, S. H., & Costa, P. S. (2017). Book-Tax Differences and Capital Structure. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, 18(6), 177–200. <https://doi.org/10.1590/1678-69712017/administracao.v18n6p177-200>
- Marschner, P. F., Dutra, V. R., Schwaab, K. S., & Ceretta, P. S. (2019). Book-tax differences e o gerenciamento de resultados nas empresas brasileiras de capital aberto. *Revista Mineira de Contabilidade*, 20(2), 20–30. <https://doi.org/10.21714/2446-9114RMC2019v20n2t02>
- Martinez, A. L., & Bassetti, M. (2016). Ciclo de Vida das Empresas, Book-Tax Differences e a Persistência nos Lucros. *Revista de Educação e Pesquisa Em Contabilidade (REPeC)*, 10(2), 148–162. <https://doi.org/10.17524/repec.v10i2.1312>
- Martinez, A. L., & Passamani, R. R. (2014). Book-Tax Differences e sua relevância informacional no mercado de capitais no Brasil. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, 4(2), 20–37.
- Martinez, A. L., & Ronconi, L. B. (2015). Conteúdo Informativo Do Lucro Tributável Em Relação Ao Lucro Contábil No Brasil - Antes E Após O Regime De Transição Tributária (Rtt). *Contabilidade Vista & Revista*, 26(1), 35–56.
- Miiller, D., & Martinez, A. (2016). Book-Tax Difference, Earnings Management and Bond Ratings in the Brazilian Market. *Revista Universo Contábil*, 12(3), 91–109. <https://doi.org/10.4270/ruc.2016323>
- Mills, L. F. (1998). Book-tax differences and internal revenue service adjustments. *Journal of Accounting Research*, 36(2), 343–356. <https://doi.org/10.2307/2491481>
- Moreira, R. de L., Colauto, R. D., & Amaral, H. F. (2010). Conservadorismo condicional: estudo a partir de variáveis econômicas. *Revista Contabilidade & Finanças*, 21(54), 64–84. <https://doi.org/10.1590/S1519-70772010000300006>
- Nakao, S. H., & Gray, S. J. (2018). The Impact of IFRS in Brazil: The Legacy of Mandatory Book-tax Conformity. *Australian Accounting Review*, 28(4), 482–495. <https://doi.org/10.1111/auar.12223>
- Noga, T. J., & Schnader, A. L. (2013). Book-tax differences as an indicator of financial distress. *Accounting Horizons*, 27(3), 469–489. <https://doi.org/10.2308/acch-50481>
- Novaes, P. V. G., Sarlo Neto, A., Almeida, A. A. de, & Louzada, L. C. (2015). Efeito clientela: uma análise da relação entre book-tax differences e dividendos extraordinários das empresas com ações listadas na Bovespa. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 12(26), 3–22. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2015v12n26p3>

- Phillips, J., & Rego, S. O. (2003). Earnings Management: New Evidence Based on Deferred Tax Expense. *The Accounting Review*, 78(2), 491–521. <https://doi.org/10.2308/accr.2003.78.2.491>
- Qiang, X. (2007). The effects of contracting, litigation, regulation, and tax costs on conditional and unconditional conservatism: Cross-sectional evidence at the firm level. *Accounting Review*, 82(3), 759–796. <https://doi.org/10.2308/accr.2007.82.3.759>
- Santos, C. K. S., Costa, P. D. S., & Silva, P. R. (2016). Relação entre book-tax differences e conservadorismo contábil: um estudo das companhias abertas de países da América Latina. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 13(30), 160. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2016v13n30p160>
- Scott, W. R. (2015). *Financial Accounting Theory* (7th ed.). Pearson.
- Shaviro, D. (2009). Internationalization of income measures and the U.S. book-tax relationship. *National Tax Journal*, 62(1), 155–167. <https://doi.org/10.17310/ntj.2009.1.07>
- Stoduto, B. D., Rezende, L. D. A., & Brunozi Júnior, A. C. (2021). Book-Tax Differences Anormais, Suavização Dos Resultados E Real Earnings Management Em Empresas De Capital Aberto Listadas No Brasil. *Revista Universo Contábil*, 16(1), 75. <https://doi.org/10.4270/ruc.2020104>
- Sundvik, D. (2017). Book-tax conformity and earnings management in response to tax rate cuts. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 28, 31–42. <https://doi.org/10.1016/j.intaccudtax.2016.12.003>
- Tang, T. Y. H. (2006). The Value Relevance of Book-Tax Differences - An Empirical Study in China's Capital Market. *SSRN Electronic Journal*. <https://doi.org/10.2139/ssrn.897120>
- Tang, T. Y. H. (2015). Does Book-Tax Conformity Deter Opportunistic Book and Tax Reporting? An International Analysis. *European Accounting Review*, 24(3), 441–469. <https://doi.org/10.1080/09638180.2014.932297>
- Tang, T. Y. H., & Firth, M. (2012). Earnings Persistence and Stock Market Reactions to the Different Information in Book-Tax Differences: Evidence from China. *International Journal of Accounting*, 47(3), 369–397. <https://doi.org/10.1016/j.intacc.2012.07.004>
- Vale, J. P. S., & Nakao, S. H. (2017). Unconditional conservatism in Brazilian public companies and tax neutrality. *Revista Contabilidade e Finanças*, 28(74), 197–212. <https://doi.org/10.1016/j.intacc.2012.07.004>
- Vanti, N. A. P. (2002). Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. *Ciência Da Informação*, 31(2), 369–379. <https://doi.org/10.1590/S0100-19652002000200016>



- Wahab, N. S. A., & Holland, K. (2015). The persistence of book-tax differences. *British Accounting Review*, 47(4), 339–350. <https://doi.org/10.1016/j.bar.2014.06.002>
- Watrin, C., Ebert, N., & Thomsen, M. (2014). Book-tax conformity and earnings management: Insights from european oneand two-book systems. *Journal of the American Taxation Association*, 36(2), 55–89. <https://doi.org/10.2308/atax-50769>
- Watrin, C., Pott, C., & Ullmann, R. (2012). The effects of book-tax conformity and tax accounting incentives on financial accounting: Evidence from public and private limited companies in germany. *International Journal of Accounting, Auditing and Performance Evaluation*, 8(3), 274–302. <https://doi.org/10.1504/IJAAPE.2012.047811>
- Weber, D. P. (2009). Do analysts and investors fully appreciate the implications of book-tax differences for future earnings? *Contemporary Accounting Research*, 26(4), 1175–1206. <https://doi.org/10.1506/car.26.4.7>
- Wilson, R. J. (2009a). An examination of corporate tax shelter participants. *The Accounting Review*, 84(3), 969–999. <https://doi.org/10.2308/accr.2009.84.3.969>
- Wilson, R. J. (2009b). Discussion of the influence of differences in taxable income and book income on the bond credit market. *Journal of the American Taxation Association*, 31(1), 101–106. <https://doi.org/10.2308/jata.2009.31.1.101>
- Wilson, R. J. (2010). Discussion of “credit ratings and taxes: The effect of book-tax differences on ratings changes.” *Contemporary Accounting Research*, 27(2), 403–411. <https://doi.org/10.1111/j.1911-3846.2010.01012.x>
- Wong, R. M. K., Lo, A. W. Y., & Firth, M. (2015). Managing discretionary accruals and book-tax differences in anticipation of tax rate increases: Evidence from China. *Journal of International Financial Management and Accounting*, 26(2), 188–222. <https://doi.org/10.1111/jifm.12027>
- Yamada, A. (2016). Does book-tax difference influence the value relevance of book income? Empirical evidence from Japan. *Academy of Accounting and Financial Studies Journal*, 20(3), 123–146. <https://doi.org/10.2139/ssrn.2615213>
- Ying, T., Wright, B., & Huang, W. (2017). Ownership structure and tax aggressiveness of Chinese listed companies. *International Journal of Accounting & Information Management*, 25(3), 313–332. <https://doi.org/10.1108/IJAIM-07-2016-0070>
- Zeng, T. (2017). Directors’ and Officers’ Liability Insurance and Aggressive Tax-Reporting Activities: Evidence from Canada. *Accounting Perspectives*, 16(4), 345–369. <https://doi.org/10.1111/1911-3838.12156>

Zhou, M. (2016). Does accounting for uncertain tax benefits provide information about the relation between book-tax differences and earnings persistence? *Review of Accounting and Finance*, 15(1), 65–84. <https://doi.org/10.1108/RAF-05-2014-0054>

*Submetido:* 28/12/2020

*Aceito:* 25/08/2022